



Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento – ICPD
Centro de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão – CESAPE

LILIAN RIVANA DE CASTRO RODRIGUES

O DISCURSO POLÍTICO DA SENADORA HELOÍSA HELENA

ARGUMENTAÇÃO, IDEOLOGIA E IDENTIDADE

Brasília

2006

LILIAN RIVANA DE CASTRO RODRIGUES

O DISCURSO POLÍTICO DA SENADORA HELOÍSA HELENA
ARGUMENTAÇÃO, IDEOLOGIA E IDENTIDADE

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como requisito para a obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação, *Lato Sensu*, em Língua Portuguesa – Texto e Discurso.

Orientadora: Professora Doutora Maria Christina Diniz Leal.

Brasília
2006

AGRADECIMENTO

À Professora Maria Christina Diniz Leal, pela dedicação, pela paciência e, principalmente, pelo amor com que exerce sua profissão. Este trabalho representa o coroamento do meu curso de pós-graduação, que muito servirá para que eu desempenhe melhor meu ofício de revisora de textos. Contudo, meu maior aprendizado se deu em virtude da convivência com pessoa de tão grande sabedoria.

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é o de investigar o discurso político da Senadora Heloísa Helena, examinando a construção da argumentação e desvendando a presença da ideologia e aspectos relativos à identidade, e também o de contribuir para a análise crítica do funcionamento do discurso como prática social e política. Estudo a linguagem empregada pela Senadora por meio da Análise de Discurso Crítica (Chouliaraki, L. e Fairclough, N., 1999), que compreende teoria e método utilizados por lingüistas para descrever, interpretar e explicar o discurso como elemento da prática social, dentro do contexto sociohistórico. Nos textos selecionados, são encontrados vários recursos retóricos e estilísticos (Koch, I., 1999) que dão sustentação ao raciocínio desenvolvido pela Senadora, tais como índices de avaliação, intertextualidade, pressuposições, seleção lexical, interjeições, questões retóricas, ironia. Também é verificada a manifestação da ideologia (Thompson, J.B., 1995) por trás das denúncias feitas, que indicam a manutenção de relações de poder e de dominação. A Senadora firma sua identidade como parlamentar de esquerda, como defensora dos princípios socialistas democráticos, como aliada das minorias, do povo pobre e oprimido.

Palavras-chave: Análise de Discurso Crítica. Discurso político. Argumentação. Ideologia. Identidade.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to investigate the political discourse of Senator Heloísa Helena, considering the construction of the argumentation and revealing the presence of ideology and aspects about identity, and also is to contribute to critical analysis of the operation of the discourse as social and political practice. I study the Senator's language by means of Critical Discourse Analysis (Chouliaraki, L. e Fairclough, N., 1999), that comprises theory and method used by the specialists in linguistics to describe, to interpret and to explain the discourse as an element of social practice inside the social and historical context. In the selected texts, several rhetorical and stylistic (Koch, I., 1999) resources support the reasoning developed by the Senator, for instance evaluation rates, intertextuality, presuppositions, lexical selection, interjections, rhetorical questions and irony. It's also noticed the ideology expression (Thompson, J.B., 1995) behind the allegations that are done and that show the preservation of power and domination relations. The Senator establishes her identity as a left-wing politician, as a protector of democratic socialist principles, as an allied of the minorities, of the poor and oppressed people.

Keywords: Critical Discourse Analysis. Political discourse. Argumentation. Ideology. Identity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
1 O DISCURSO POLÍTICO.....	10
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
2.1 TEORIA SOCIAL DO DISCURSO.....	13
2.1.1 O termo “discurso”.....	13
2.1.2 Concepção tridimensional do discurso.....	15
2.1.3 Vida social e ciência social crítica.....	16
2.2 MARCAS LINGÜÍSTICAS DA ARGUMENTAÇÃO.....	18
2.3 IDEOLOGIA.....	20
2.4 IDENTIDADE E DIFERENÇA.....	22
3 METODOLOGIA E CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i>.....	25
3.1 METODOLOGIA.....	25
3.2 CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i>	27
4 DESENVOLVIMENTO DA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA.....	44
4.1 PERCEPÇÃO DO PROBLEMA.....	44
4.2 EXAME DOS OBSTÁCULOS A SEREM ENFRENTADOS.....	44
4.2.1 Análise da conjuntura.....	44
4.2.2 Análise dos discursos.....	47
4.2.2.1 Índices de avaliação.....	48

4.2.2.2 Índices de polifonia (intertextualidade).....	53
4.2.2.3 Pressuposições.....	55
4.2.2.4 Seleção lexical.....	57
4.2.2.4.1 Reiteraões.....	57
4.2.2.4.2 Oposições.....	64
4.2.2.5 Exclamações retóricas e expressões de valor interjetivo.....	65
4.2.2.6 Questões retóricas.....	66
4.2.2.7 Ironia.....	67
4.2.3 Análise da prática de que o discurso é um momento.....	68
4.3 REFLEXÕES SOBRE A ANÁLISE E POSSÍVEIS MODOS DE RESOLVER O PROBLEMA....	77
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
6 BIBLIOGRAFIA.....	81

INTRODUÇÃO

Apesar de minha área de formação ser a Engenharia Agrônômica, decidi fazer meu curso de pós-graduação em Lingüística, porque trabalho como revisora de textos na Subsecretaria de Taquigrafia do Senado Federal e tenho grande interesse em expandir meus conhecimentos em língua portuguesa. Sinto que, para desempenhar melhor minha função, devo aperfeiçoar-me, adquirindo um maior domínio da língua.

Ao cursar as diversas disciplinas, interessei-me, em particular, pela Lingüística Textual e pela Análise de Discurso Crítica. Abriu-se, para mim, uma nova visão do estudo da linguagem. A língua deve ser estudada em toda a sua amplitude. Devemos não só examinar, pura e simplesmente, os aspectos gramaticais de um texto, mas também observar os recursos lingüísticos e estilísticos nele presentes e analisá-lo de forma crítica, buscando situá-lo dentro do contexto sociocultural e histórico, atentando para a relação existente entre a linguagem, o poder e a ideologia e ponderando sobre as mudanças sociais que dele podem advir.

Para este estudo, escolhi trabalhar com o discurso político, por já estar familiarizada com esse gênero de discurso, visto ser ele objeto do meu trabalho diário de revisão. Falo do discurso político institucional, aquele proferido dentro de uma instituição – no caso, o Senado Federal – e que, como tal, apresenta certas peculiaridades, pois reivindica o poder público por meio da construção de uma visão de mundo que se apresenta como a visão dos interesses da sociedade.

O discurso político, assim, prima pela persuasão, pela argumentação, que é tema deste trabalho. Procuro analisar a argumentação, a coerência e aspectos

ideológicos no discurso político da Senadora Heloísa Helena. Optei por fazer uma análise dos discursos desta Senadora, primeiramente por ser ela uma representante feminina dentro do Congresso, depois pelo fato de ser uma Parlamentar muito combativa e controvertida e também pelo fato de eu ter observado em seus discursos muitos recursos argumentativos e estilísticos que me chamaram bastante a atenção.

Escolhi quatro discursos de diferentes e importantes momentos da vida política brasileira, para, assim, fazer uma comparação entre eles: o discurso de posse da Senadora, dois discursos proferidos quando da votação da reforma da Previdência e o discurso que marca o lançamento do Partido Socialismo e Liberdade, P-SOL. A íntegra dos discursos está na Seção 3.2, “Constituição do *Corpus*”.

O objetivo geral é o de investigar, no discurso político da Senadora Heloísa Helena, a construção da argumentação e a possibilidade da presença da ideologia, por meio de uma análise crítica da linguagem por ela utilizada.

Os objetivos específicos são: descrever como é construído o discurso da Senadora Heloísa Helena, desvendando os recursos argumentativos e estilísticos por ela empregados para se posicionar diante do contexto em que se encontra e para persuadir seus ouvintes em relação à coerência de suas ações; analisar como se manifestam os aspectos ideológicos no discurso da Senadora Heloísa Helena; investigar como se constrói a identidade da Senadora Heloísa Helena em seu discurso; contribuir para a análise crítica do funcionamento do discurso como prática social e política, revelando a importância de seu papel na construção das identidades dos sujeitos nele envolvidos e os modos como ele pode influenciar o conhecimento, as atitudes, as ideologias socialmente partilhadas.

Para atingir tais objetivos, apresento algumas questões de pesquisa:

- Que recursos argumentativos e estilísticos são utilizados pela Senadora Heloísa Helena para convencer o ouvinte do seu discurso e também para se posicionar diante do contexto em que ela se encontra?
- De que modos de operação da ideologia a Senadora Heloísa Helena se utiliza?
- De que forma é construída a identidade da Senadora Heloísa Helena como parlamentar e como representante do povo brasileiro em seu discurso?

Para responder a essas questões, recorro à Análise de Discurso Crítica, sobre a qual discorro nas Seções 2.1.3 e 3.1, referentes, respectivamente, à “Vida social e ciência social crítica” e à “Metodologia”.

Ao exercitar esse tipo de análise, coloco em prática o que mais me interessou em meu aprendizado em sala de aula. Acredito que esse processo de análise é enriquecedor na medida em que nos leva a refletir sobre questões de grande importância, como, por exemplo, o modo como o discurso está estreitamente ligado às estruturas sociopolíticas de poder e de dominação.

1 O DISCURSO POLÍTICO

Aristóteles (1998) afirma que o homem é, por natureza, um animal político, visto que ele não pode viver de forma isolada. Explica a vida em sociedade, dizendo que tal fato se dá de forma natural e não é mera consequência da ação dos instintos. Para Aristóteles, toda ação humana resulta de deliberação. Assim, é pela vontade humana que o estado político é formado e mantido. A ação política determina e organiza a vida social, com vistas ao bem comum, ao bem da coletividade.

À ação política, está vinculada, de maneira intrínseca, a linguagem, já que o espaço político é um espaço de discussão, um “espaço de persuasão, no qual a instância política, jogando com argumentos da razão e da paixão, tenta fazer a instância cidadã aderir à sua ação” (CHARAUDEAU, 2006, p. 19). Assim, a política insere-se em uma prática social em que o discurso exerce papel fundamental.

Charaudeau (*ibidem*, p. 39) salienta:

[...] não há política sem discurso. Este é constitutivo daquela. A linguagem é o que motiva a ação, a orienta e lhe dá sentido. A política depende da ação e se inscreve constitutivamente nas relações de influência social, e a linguagem, em virtude do fenômeno de circulação dos discursos é o que permite que se constituam espaços de discussão, de persuasão e de sedução nos quais se elaboram o pensamento e a ação políticos. A ação política e o discurso político estão indissociavelmente ligados, o que justifica pelo mesmo raciocínio o estudo político pelo discurso.

Por meio da análise do discurso político, podemos observar, por exemplo, como são construídas as relações de poder e de dominação (questões de ideologia) e a imagem, o *ethos*, dos sujeitos nele envolvidos (questões de identidade).

Diz Fairclough (2001, p. 94):

O discurso como prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem

relações de poder. O discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder. Como implicam essas palavras, a prática política e a ideológica não são independentes uma da outra, pois a ideologia são os significados gerados em relações de poder como dimensão do exercício do poder e da luta pelo poder.

É importante também dizer que, com o advento de tecnologias modernas, da mídia, o discurso político adquiriu nova roupagem, pois ganhou mais visibilidade, o que exige por parte do orador público maior atenção em relação a suas palavras, à sua postura, a seus gestos. Thompson (2002) afirma que, com o olhar aproximado das lentes da mídia, os atores políticos precisam desenvolver um novo tipo de relacionamento com seus possíveis eleitores, um novo tipo de intimidade, chegando diretamente até eles.

Courtine (2003) nos diz que a fala pública fundada sobre os antigos oradores cede lugar a estilos de comunicação radicalmente novos. Os discursos tradicionais, longos, opacos, monológicos, transformaram-se em formas de linguagem breves, vivas, interativas, dialógicas. É o que podemos verificar nas entrevistas, nas mesas-redondas, nos parlamentos, onde ocorre o debate de idéias.

Fairclough (2000) chama-nos a atenção justamente para esses aspectos, ao examinar o estilo retórico do Primeiro-Ministro inglês Tony Blair – que ora faz uso de uma linguagem mais rebuscada, ora emprega a linguagem cotidiana para atingir seus interlocutores –, a sua *performance* corporal e os recursos argumentativos a que ele recorre, tais como o uso da voz passiva, de verbos no modo imperativo (sentenças categóricas) e de questões retóricas.

A respeito dos discursos proferidos no Parlamento, objeto do presente trabalho, cabe-me ainda lembrar o que diz Magalhães (1996, p. 304):

As relações discursivas desenvolvidas no Parlamento [...] são bastante ritualizadas e protegidas. O discurso é marcado pelo comportamento solene, pelo controle explícito da palavra [...]. O conteúdo do tema dos pronunciamentos é quase sempre de natureza política, pelo menos no que concerne ao divisor: governo *versus* oposição. Esse *leitmotiv* pode ser desencadeado por questões de economia, de saúde, de justiça, de ecologia, de

comunicação, de transporte, de demografia, de habitação etc., ou até mesmo por um fato de atualidade em evidência.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os fundamentos teóricos da presente análise são a Teoria Social do Discurso, apresentada por Fairclough (2001) e por Chouliaraki e Fairclough (1999), de cujos pressupostos a Análise de Discurso Crítica faz uso; os conceitos sobre argumentação descritos por Koch (1999); a teoria sobre ideologia de Thompson (1995); e as noções sobre identidade e diferença de Silva (2000). A seguir, falarei sucintamente a respeito de cada um deles.

2.1 TEORIA SOCIAL DO DISCURSO

2.1.1 O termo “discurso”

Fairclough (2001, p. 91) propõe considerar o uso da linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual (como preconizava Saussure) ou reflexo de variáveis situacionais (como pensavam os sociolinguistas), o que “implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação”.

Além disso, há uma relação dialética entre a prática social e a estrutura social, sendo a última tanto uma condição como um efeito da primeira. O discurso é, por um lado, moldado pela estrutura social no sentido mais amplo e em todos os níveis, diferenciando-se de acordo com o contexto em que é gerado e com as várias

normas e convenções de natureza discursiva e não-discursiva. Por outro lado, o discurso é socialmente constitutivo, contribuindo, como prática social, para a construção das identidades sociais (os sujeitos sociais, os tipos de “eu”), das relações sociais entre as pessoas e dos sistemas de conhecimento e crença, efeitos esses que correspondem, respectivamente, às funções da linguagem identitária, relacional e ideacional. Fairclough (2001, p. 92) faz menção ainda à função textual, definida por Halliday.

Fairclough chama a atenção para o fato de que a prática discursiva contribui tanto para reproduzir a sociedade como ela é, como para provocar transformações no meio social. Diz também que várias orientações – econômica, política, cultural, ideológica – permeiam a prática social e que o discurso pode estar implicado em todas elas.

Outro aspecto destacado por Fairclough (*ibidem*, p. 95) diz respeito ao fato de que “diferentes tipos de discurso em diferentes domínios ou ambientes institucionais podem vir a ser ‘investidos’ política e ideologicamente (Frow, 1985) de formas particulares”.

Há uma relação que liga os sentidos encontrados em um texto às condições em que eles são produzidos, condições essas que “abrangem o contexto histórico-social e ideológico, a situação, os interlocutores e o objeto do discurso, de tal forma que aquilo que se diz significa em relação ao que não se diz, ao lugar social do qual se diz, em relação aos outros discursos etc” (ORLANDI, 1996, p. 85).

Como bem lembra Mariani (1999, p. 106), “linguagem e história se constituem mutuamente, e os sentidos precisam ser pensados na sua historicidade. Os sentidos não estão presos ao texto nem emanam do sujeito que lê, ao contrário eles resultam de um processo de inter-ação texto/leitor”.

2.1.2 Concepção tridimensional do discurso

Fairclough (2001) apresenta uma concepção tridimensional do discurso, em que texto (considerado, no sentido amplo de Halliday, como linguagem falada e escrita), prática discursiva (que engloba os processos de produção, distribuição e consumo textual) e prática social (que determina como as relações sociais são produzidas) estão imbricados.

A prática discursiva se manifesta em forma lingüística, na forma de textos, e a prática social é uma dimensão do evento discursivo. A prática discursiva é uma forma particular de prática social. Já a prática social é mais ampla, pois pode ser inteiramente constituída da prática discursiva, como também pode envolver uma mistura de prática discursiva e não-discursiva.

São aspectos importantes da prática social questões de ideologia e de hegemonia, visto que as relações sociais são baseadas em questões de poder. A ideologia tem existência material na prática das instituições e nas práticas discursivas. Fairclough comunga da posição adotada por Thompson (1995), no sentido de que a análise da ideologia deve-se dar de forma crítica, observando como os significados constroem a realidade (o mundo físico, os sujeitos sociais, as relações sociais) e, em determinadas situações, estabelecem e sustentam relações de dominação.

Fairclough destaca o conceito de hegemonia de Gramsci, em que as relações de dominação estão baseadas na aceitação, por parte dos sujeitos sociais, de papéis ideológicos e em que há a construção do senso comum.

Ao oferecer essa concepção tridimensional do discurso, Fairclough (2001, p. 101) revela as etapas da análise do discurso: “a parte do procedimento que trata da análise textual pode ser denominada ‘descrição’, e as partes que tratam da análise discursiva e da análise da prática social da qual o discurso faz parte podem ser denominadas ‘interpretação’”. Fairclough enfatiza que a análise textual não deve ser feita isoladamente. Ao ponderarmos sobre aspectos de um texto, devemos também fazer referência à produção e/ou à interpretação textual, numa sobreposição em que a divisão dos tópicos analíticos não é muito clara.

Fairclough (*ibidem*, p. 245) esclarece que existem dois níveis de interpretação: além de tentarmos construir um sentido para os aspectos observados no texto, examinando-os como traços de processos de produção textual e como pistas para o processo de interpretação (o que compreenderia a interpretação propriamente dita), devemos procurar “construir um sentido dos aspectos dos textos e de nossa interpretação de como eles são produzidos e interpretados, considerando ambos, aspectos e interpretação, como encaixados numa prática social mais ampla” (o que compreenderia o nível de explicação).

2.1.3 Vida social e ciência social crítica

Segundo Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 19), a vida é um “sistema aberto”, em que os eventos são governados por vários mecanismos simultaneamente. Tal é a complexidade da vida social, em suas várias dimensões – física, química, biológica, econômica, social, psicológica, semiológica e lingüística –,

com suas estruturas distintas, que os eventos se tornam também complexos e imprevisíveis.

O objeto de estudo da ciência social é a vida social, e a questão principal, particularmente na ciência social crítica, é a relação entre as esferas da vida social e a atividade econômica, política e cultural.

Nessa perspectiva, a vida social é feita de práticas, sendo o discurso entendido como um dos elementos da prática social. As práticas são modos habituais de ação social, em um tempo e um espaço particular, e constituem um ponto de conexão entre as estruturas abstratas e seus mecanismos e os eventos concretos.

Quando reunidos em uma prática específica, os diversos elementos da vida, tais como atividades materiais, relações sociais, recursos semióticos particulares, modos de uso da linguagem, crenças, valores, são chamados de momentos daquela prática. Cada momento internaliza outros momentos, numa relação dialética constantemente aberta a mudanças. O conceito de articulação permite que seja feita a descrição dessas relações de internalização e pode ser estendido à estrutura interna de um momento particular, e, portanto, o momento de discurso de uma prática está em articulação mutável com os recursos discursivos e simbólicos (gêneros, discursos, vozes).

As práticas também incluem um elemento reflexivo, pois as pessoas geram, constantemente, representações do que fazem, o que sugere que não exista oposição simples entre prática e teoria, mas sim uma relação próxima entre elas.

Nas sociedades modernas, a reflexividade assumiu um importante papel na vida social, pois é caracterizada como um aspecto inerente às práticas. Segundo

Giddens (*apud* LEAL, 2003, p. 254), hoje, as pessoas são mais conscientes da constituição reflexiva da atividade social e das implicações disso em sua vida.

É nesse contexto que surge a Análise de Discurso Crítica (ADC), situada por Chouliaraki e Fairclough (1999) no âmbito da ciência social crítica e na pesquisa crítica sobre as mudanças sociais existentes na “modernidade tardia”, termo utilizado para retratar as transformações econômicas e socioculturais das três últimas décadas do século XX, em que prevalecem os avanços na tecnologia da informação e na mídia.

A ADC tem como propósito o estudo da linguagem como prática social, busca investigar as transformações na vida social contemporânea, focalizando a importância da linguagem na produção, na manutenção e na mudança das relações sociais de poder, fornecendo uma dimensão crítica ao estudo de textos e de eventos em diversas práticas sociais. Tem caráter multidisciplinar, com foco específico na vinculação entre mundo social e linguagem e no exercício do poder nas relações sociais, incluindo relações de gênero e classe social e relações entre as raças e as etnias.

Chouliaraki e Fairclough (*idem*) propõem um arcabouço para a ADC, o qual será apresentado na Seção 3.1, relativa à “Metodologia”.

2.2 MARCAS LINGÜÍSTICAS DA ARGUMENTAÇÃO

Koch (1999) utiliza os termos “argumentação” e “retórica” como “quase sinônimos” e salienta que ambas estão presentes em todo e qualquer tipo de

discurso, seguindo, dessa forma, os pressupostos do filósofo e jurista Perelman, que situa a retórica no interior dos quadros da argumentação.

Perelman (2002) propõe a elaboração de uma “Nova Retórica”, em que a argumentação se opõe à lógica, pois o ato de argumentar, que constitui o ato lingüístico fundamental, é visto como ato de persuadir, em que se procura atingir a vontade e o sentimento dos interlocutores por meio de argumentos plausíveis, levando-os à adesão a esses argumentos apresentados, sem, contudo, buscar certezas, verdades absolutas, como acontece no ato de convencer. Portanto, o ato de argumentar tem caráter ideológico, subjetivo e temporal.

A linguagem, considerada como instrumento de interação social e como forma de ação, é dotada de intencionalidade, é veículo de ideologia e se caracteriza, portanto, pela argumentatividade.

Koch (1999, p. 21) afirma que “o discurso constitui uma unidade pragmática, atividade capaz de produzir efeitos, reações” e que “ao produzir um discurso, o homem se apropria da língua, não só com o fim de veicular mensagens, mas, principalmente, com o objetivo de atuar, de interagir socialmente”.

Podem-se detectar várias relações em nível de texto, de diferentes graus de complexidade, tais como relações morfossintáticas, relações fonológicas, relações sintático-semânticas, relações responsáveis pela coesão textual. Há também as relações discursivas entre enunciado e enunciação, denominadas de ideológicas ou argumentativas. Entre essas relações, Koch (*ibidem*, p. 36) seleciona aquelas que constituem as principais categorias de análise de textos argumentativos. Dentre as relações estabelecidas entre o texto e o evento que constitui sua enunciação, destacam-se as pressuposições, as marcas das intenções explícitas ou ocultas, os modalizadores que revelam a atitude perante o enunciado,

os operadores argumentativos, as imagens recíprocas estabelecidas entre os interlocutores. Todos esses elementos estão presentes no discurso por meio de marcas lingüísticas, tais como os tempos verbais, as pressuposições, as modalidades do discurso, os verbos performativos e a negação, os operadores argumentativos, as relações interfrásticas de coordenação e de subordinação, as orações modalizadoras, os índices de polifonia. Esses recursos argumentativos são constitutivos de sentido e estão presentes no nível lingüístico fundamental (retórica integrada).

Já os recursos retórico-estilísticos estão inseridos no âmbito da retórica aplicada, pois se manifestam por meio de mecanismos que operam em diferentes níveis de significação (KOCH, 1999, p. 164). Dentre esses recursos, destacam-se a ironia, a seleção lexical, o inter-relacionamento de campos lexicais, os argumentos de autoridade, as questões retóricas, as exclamações, as comparações, o paralelismo sintático e rítmico.

2.3 IDEOLOGIA

Thompson (1995) nos diz da ambigüidade do conceito de ideologia, devido à abundância de sentidos que a ele são atribuídos.

Há uma concepção em que a ideologia é desprovida de seu sentido negativo, pois é vista como “sistemas de pensamento ou de crença” ou “sistemas simbólicos”, referentes à ação social ou à prática política. Thompson, ao contrário, compreende a ideologia de forma crítica, enfatizando problemas ligados às inter-

relações entre significado e poder, argumentando que a ideologia contribui para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação.

Com o intuito de clarificar a forma como os significados servem, em certas circunstâncias, para estabelecer e sustentar relações de poder, Thompson propõe cinco modos de operações gerais de ideologia – legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação –, que estão ligados a estratégias de construção simbólica. Esses modos podem sobrepor-se, e a ideologia pode operar também de outras maneiras.

Na legitimação, as relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pelo fato de serem representadas como legítimas, justas e dignas de apoio. Na dissimulação, as relações de dominação são ocultadas, negadas ou obscurecidas ou são representadas de uma maneira que desvia a nossa atenção ou que passa por cima de relações e processos existentes. Na unificação, as relações de dominação se dão por meio da construção de uma identidade coletiva, ignorando-se as diferenças existentes entre os indivíduos. Na fragmentação, as relações de dominação são mantidas por meio da segmentação de indivíduos e grupos considerados como uma ameaça aos grupos dominantes. Na reificação, as relações de dominação são mantidas pela representação de uma situação transitória, histórica, como uma situação permanente, natural, atemporal.

Quanto às estratégias de construção simbólica, trato, no próprio desenvolvimento da Análise de Discurso Crítica (Seção 4), daquelas que foram observadas nos textos.

2.4 IDENTIDADE E DIFERENÇA

Silva (2000) diz da relação de estreita dependência entre identidade e diferença. Woodward (2000, p. 9) afirma que a identidade é marcada pela diferença e por meio de símbolos. Porém, a construção da identidade e da diferença é tanto simbólica quanto social.

Silva (*ibidem*, p. 76) nos remete à idéia de identidade já definida por Fairclough (1999), ou seja, como elemento construído dentro do discurso, como resultado de atos de criação lingüística. Nesse sentido, a identidade e a diferença “não são ‘elementos’ da natureza, não são essências, não são coisas [...] à espera de serem reveladas ou descobertas, respeitadas ou toleradas”. A identidade e a diferença são ativamente produzidas no contexto de relações culturais e sociais.

Silva (*ibidem*, p. 81) também chama a atenção para o fato de que identidade e diferença estão em estreita conexão com relações de poder: “A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes”.

Além da diferenciação, que é o processo central pelo qual identidade e diferença são produzidas, há outras tantas marcas da presença do poder, tais como inclusão e exclusão; demarcação de fronteiras entre “nós” e “eles”, que, neste caso, não são simples categorias gramaticais, mas indicadores de posições de sujeito; classificação entre bons e maus, puros e impuros, desenvolvidos e primitivos; classificação estruturada em torno de oposições binárias (feminino/masculino, branco/negro), em que um termo recebe um valor positivo, enquanto o outro recebe uma carga negativa, o que também gera uma hierarquização; normalização, em que se elege uma identidade específica como parâmetro, tornando-a natural, desejável,

única. Todos esses traços nos fazem lembrar dos modos de operação da ideologia e de suas respectivas estratégias simbólicas propostos por Thompson (1995).

Além disso, há o aspecto de que identidade e diferença não são fixas, rígidas, estáveis, permanentes, homogêneas, definitivas, visto que a própria linguagem é um sistema de significação de estrutura instável. Existem processos que tendem a fixá-las e a estabilizá-las e processos que tendem a subvertê-las, a complicá-las, contrapondo-se à tendência a essencializá-las. Nesse sentido, têm sido analisadas as identidades nacionais, as identidades de gênero, as identidades sexuais, as identidades raciais e étnicas.

Identidade e diferença também estão associadas a sistemas de representação, tidos como sistemas de signos, como marca material, como forma de atribuição de sentido. Diz Silva (2000, p. 96): “A identidade e a diferença têm a ver com a atribuição de sentido ao mundo social e com disputa e luta em torno dessa atribuição”.

A representação, como tal, é um sistema lingüístico e cultural, portanto instável, arbitrário, indeterminado, ligado a relações de poder. Assim, também por meio da representação, identidade e diferença se ligam a sistemas de poder. Silva (*ibidem*, p. 91) destaca: “Questionar a identidade e a diferença significa, nesse contexto, questionar os sistemas de representação que lhe dão suporte e sustentação”.

Silva (*idem*) ainda afirma que, para compreendermos a identidade e a diferença como movimento e transformação – e não de forma puramente descritiva, como simplesmente aquilo que é e aquilo que não é –, devemos recorrer ao conceito de performatividade, que diz respeito a proposições que fazem com que algo se concretize. Em um sentido mais amplo, muitas sentenças descritivas podem

funcionar também como proposições performativas se sua enunciação for repetida de forma a produzir o fato que apenas seria descrito.

Por fim, Silva (2000, p. 99) argumenta favoravelmente à teoria cultural recente, sobretudo a de inspiração pós-estruturalista, em que se abordam “a identidade e a diferença como questões de política”, descrevendo-se seu processo de produção. Identidade e diferença não devem ser simplesmente reconhecidas e celebradas, mas questionadas.

3 METODOLOGIA E CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

3.1 METODOLOGIA

No presente estudo, farei uso do arcabouço da Análise de Discurso Crítica (ADC), proposto por Chouliaraki e Fairclough (1999), das categorias analíticas descritas por Koch (1999) e das categorias lingüísticas apresentadas por Fairclough (2001).

Chouliaraki e Fairclough (*idem*) propõem uma estrutura de análise, composta de algumas etapas, que não são necessariamente executadas na ordem em que estão listadas. A seguir, falarei apenas das etapas que servirão ao propósito da presente análise:

1 Percepção de um problema que está relacionado ao discurso na vida social e que pode estar inserido na atividade de uma prática social ou na construção reflexiva de uma prática.

2 Exame de obstáculos para enfrentá-lo, os quais podem ser definidos por meio de três tipos de análise: a) análise da conjuntura, em que se caracterizam as práticas nas quais o discurso em foco está situado, as pessoas, os materiais, as tecnologias, as instituições, em associação com projetos sociais específicos; b) análise da prática da qual o discurso é um momento, em que o foco é a relação dialética existente entre o discurso e outros momentos da prática social, tais como crenças e valores, relações sociais, estruturas sociais em que o discurso é proferido; e c) análise do discurso propriamente dita, voltada para a estrutura e para a

interação, com enfoque na relação entre o discurso e a rede social de ordens de discurso.

3 Apreciação dos possíveis meios de ultrapassar os obstáculos, com o objetivo de perceber recursos que podem levar à mudança do estado das coisas, como forma de “desnaturalizar” o problema.

4 Reflexão sobre a análise, por meio da qual se chega a uma reflexão sobre a posição da qual a pesquisa social crítica é desenvolvida.

Koch (1999, p. 164), por meio de sua proposta para a análise da argumentação, fornecerá a base para eu descrever e interpretar alguns recursos argumentativos encontrados num nível lingüístico fundamental (retórica integrada), tais como índices de avaliação, índices de polifonia, pressuposições, e alguns recursos retóricos ou estilísticos de segundo nível (retórica aplicada), tais como ironia e metalogismos em geral, seleção lexical, questões retóricas, exclamações retóricas e paralelismo sintático e rítmico.

Fairclough (2001, p. 103 e 104) apresenta um quadro para a análise textual, em que identifica sete itens de análise, envolvendo aspectos formais de um texto e aspectos relativos à produção e à interpretação de textos: vocabulário, gramática, coesão textual, estrutura textual, força dos enunciados, coerência textual e intertextualidade. Essas categorias lingüísticas também serão pesquisadas nos discursos escolhidos.

3.2 CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

O *corpus* deste trabalho é constituído de quatro discursos da Senadora Heloísa Helena, todos eles proferidos no plenário do Senado Federal e extraídos da página dessa instituição na Internet (ver Seção 6, “Bibliografia”).

O primeiro discurso, que denomino Discurso A, deu-se em 23 de fevereiro de 1999, e, nele, a Senadora faz um agradecimento ao povo de sua terra, Alagoas, que a elegeu, e diz de sua disposição de bem representá-lo, de forma ética. Dois outros discursos tratam da votação da reforma da Previdência: o primeiro deles, o Discurso B, foi proferido em 25 de novembro de 2003; o outro, o Discurso C, em 27 de novembro de 2003. O último discurso analisado, o Discurso D, foi proferido em 07 de junho de 2004, quando a Senadora registra o lançamento do Partido Socialismo e Liberdade, P-SOL, integrado por ela e por outros parlamentares que haviam sido expulsos do Partido dos Trabalhadores.

Abaixo, segue a íntegra de todos os discursos analisados.

DISCURSO A:

- 1 **A SR^a HELOÍSA HELENA** (Bloco/PT – AL. Pronuncia o seguinte
- 2 discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero
- 3 saudar, com um grande abraço alagoano, a todos que, de forma heróica, ainda
- 4 resistem no plenário até o término da sessão. Saúdo meus companheiros do Partido
- 5 dos Trabalhadores, inclusive o nosso Líder na Câmara dos Deputados, Marcelo
- 6 Deda, os companheiros Senadores do Bloco de Oposição e todas as forças políticas
- 7 que representam o Brasil nesta Casa.

8 Quero agradecer a atenção da 1ª Secretaria e da Diretoria-Geral do
9 Senado, que têm envidado esforços para nos proporcionar melhores condições de
10 trabalho. E quero especialmente agradecer a generosa disponibilidade demonstrada
11 pelos servidores desta Casa Legislativa, tanto os que estão à disposição do nosso
12 gabinete e da Liderança do PT, bem como nos demais setores, funcionários que têm
13 oferecido competência e capacidade de trabalho para nos ajudar nesta nova etapa
14 de nossas vidas.

15 Nesta minha primeira oportunidade na tribuna, pensei em debater vários
16 dos temas que representam o desespero de milhares de brasileiros diante do
17 fracasso do neoliberalismo. Pensei em falar sobre esse conjunto de políticas
18 mercantilistas que liquida o direito dos povos à educação, à saúde, à cultura, à
19 ciência e tecnologia, criando um modelo desastroso, que pode até levar as forças
20 especulativas ao êxtase, mas que, sem dúvida, liquida e leva à miséria a grande
21 maioria do povo brasileiro. Porém, com certeza, como infelizmente este ainda é um
22 ano de profunda crise, teremos muito tempo para realizar esse debate.

23 Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste meu primeiro
24 pronunciamento, tenho a obrigação de fazer uma homenagem, uma declaração de
25 amor à minha querida Alagoas, a essa terra em que nasci e que me elegeu. Sei o
26 quanto o povo de Alagoas sofreu para que eu estivesse aqui, um povo que enfrentou
27 de cabeça erguida a pistolagem, a violência, a vergonhosa sedução do dinheiro fácil
28 e me trouxe até aqui. Portanto, tenho a obrigação de fazer uma homenagem à
29 minha Alagoas.

30 Sinto-me honrada de ser alagoana, porque conheço profundamente as
31 mulheres e os homens de bem e de paz da minha terra, que são a maioria e não

32 compactuam, em nenhum momento, com a meia dúzia de delinqüentes que
33 mancham a imagem de Alagoas perante a Nação brasileira.

34 Nós, a gigantesca maioria dos alagoanos, somos de paz, porque temos a
35 mais absoluta certeza, a clara compreensão de que os únicos que precisam da
36 arrogância e da truculência são os medíocres homenzinhos de alma pequena, que
37 pensam que se fazem respeitar por meio do grito, da bala, da intolerância e do
38 abuso de poder. Esses jamais serão respeitados verdadeiramente em Alagoas, nem
39 em nenhum espaço deste Brasil, nem mesmo na cúpula de qualquer poder que seja.
40 Graças a Deus, não represento essa minoria de alagoanos que sempre se imaginou
41 grande, poderosa, inatingível, porque tinha nas mãos o dinheiro sujo da corrupção, o
42 poder político e a estrutura covarde do crime organizado para lhe dar sustentação.
43 Esses eu não represento. Tenho profundo alívio em não representar também a elite
44 econômica e política de Alagoas, que desmantelou o Estado, promoveu fome,
45 miséria e sofrimento, uma elite perversa, fria, insensível, irresponsável,
46 incompetente, cínica, demagógica e saqueadora dos cofres públicos. Esses eu não
47 represento.

48 E é por isso que tenho a maravilhosa sensação em representar a maioria
49 do povo alagoano, o povo humilde, trabalhador, honesto, cheio de fé em Deus e com
50 muita coragem e esperança.

51 Sei que, representando a grande maioria da população, represento as
52 vítimas da angústia e da tristeza nas Alagoas. Tenho de lembrar os nossos mortos
53 e as nossas tragédias para que eles não sejam esquecidos e para que as suas
54 trajetórias de vida sejam devidamente respeitadas pela Nação brasileira.

55 Represento o desespero dos servidores públicos alagoanos, vítimas da
56 demissão em massa, porque Alagoas já cumpriu o ridículo "dever de casa", a

57 famosa cantilena do modelito neoliberal. Alagoas já demitiu em massa e não
58 resolveu os nossos problemas.

59 O Governo Federal, quando propôs a Alagoas o ajuste fiscal e o contrato
60 de renegociação das dívidas, protegeu a corrupção de forma vergonhosa e acordos
61 imorais absolutamente inconstitucionais, dispondo-se simplesmente a dismantelar
62 aquele Estado.

63 O Soldado Leandro é um exemplo de servidor público e de uma das
64 tragédias dos servidores em Alagoas. Depois de matar seus filhos e sua esposa,
65 cometeu suicídio com um papelucho na mão que prometia dinheiro pela sua
66 demissão voluntária. Gritava dentro de casa, enquanto assassinava a sua família,
67 com a promessa de um dinheiro que nunca pôde receber.

68 São muitas outras as tragédias familiares do nosso Estado de Alagoas,
69 ocorridas com servidores, pensionistas, aposentados, desempregados. Tudo isso
70 representa o resultado da irresponsabilidade de uma elite fracassada.

71 Represento o Vereador Renildo, homossexual, assassinado pela
72 hipocrisia de um poder político que ousa definir no seu livrinho falso moralista uma
73 única forma de amar. Renildo e tantas outras pessoas, vítimas do preconceito, foram
74 humilhadas, torturadas, cometeram suicídios ou foram assassinadas.

75 Represento as vítimas da covardia do crime organizado, as lideranças
76 sindicais, políticas, indígenas, religiosas, os sem-terra, os sem-teto, as nossas
77 crianças de rua. O servidor público Sílvio Viana, exemplo de honestidade, cuja única
78 atividade profissional foi o combate ao paraíso fiscal de usineiro, à sonegação, com
79 a garantia da moralidade administrativa, foi assassinado covardemente. Nossos
80 corações alagoanos ainda choram Dimas Olanda, Anderson, Isabelle, Chico,

81 Jonilson, Ítala, Ceci Cunha e tantos e tantos outros, pela vergonhosa e deplorável
82 impunidade e pela maldita imunidade parlamentar – esconderijo perfeito de bandido
83 engravatado.

84 Represento também as centenas de mulheres anônimas que ocuparam
85 espaço na mídia, morrendo ou desmaiando de dor nas portas das maternidades
86 fechadas. As crianças alagoanas não são frias estatísticas oficiais. São histórias de
87 vida que estão sendo destruídas. Não conseguem nem ser como nossos filhos, não
88 conseguem ser crianças, pois estão no trabalho escravo dos canaviais, no sertão,
89 como um cordãozinho velho, estirados nos restos de estrada, implorando migalhas
90 para sobreviver. As crianças nos sinais pedem para ser vistas; com uma arma,
91 pedem para ser respeitadas.

92 Represento crianças que nasceram como eu: pobres e carimbadas no
93 nascimento para a miséria e a exclusão. São poucas as que conseguem sobreviver
94 a essa peregrinação humilhante. São poucas as que não vão às ruas vender o corpo
95 por um prato de comida ou partir para a marginalidade e para as drogas, como
96 último refúgio.

97 Por toda essa história de resistência do povo das Alagoas, sinto-me
98 profundamente honrada, companheiros da imprensa, de representar o povo
99 alagoano, os sobreviventes, os que aprenderam com o sofrimento, meu querido
100 companheiro Tião.

101 Dom Hélder dizia que o povo aprende pelo conhecimento ou pelo
102 sofrimento. O povo de Alagoas teve roubado, pela elite fracassada, o direito de ter
103 acesso ao conhecimento. Mas, certamente, nenhum outro povo sofreu tanto, foi tão
104 massacrado em sua auto-estima, em sua dignidade como o nosso forte, digno e
105 generoso povo das Alagoas.

106 Alagoas espera muito do Senado. Alagoas espera que o Senado cumpra
 107 com sua obrigação constitucional. Alagoas espera que o Senado abra suas portas
 108 para fazer o grande debate sobre a crise dos Estados. Alagoas espera de todos nós
 109 o que o Brasil também espera: ética na política.

110 Como cristã, atendo à denominação ética do meu querido Dom Pedro
 111 Casaldáliga, que dizia que, por mais que se queira trabalhar teoricamente a ética,
 112 sem dúvida, ética na política é vergonha na cara e amor no coração. É isso que
 113 Alagoas e o Brasil esperam de todos nós. (Palmas.)

DISCURSO B:

1 **A SRª HELOÍSA HELENA** (Bloco/PT – AL. Pronuncia o seguinte
 2 discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, antes
 3 de iniciar meu pronunciamento, agradeço a V. Exª, Senador Eduardo Siqueira
 4 Campos, a gentileza, a delicadeza de me oferecer uma rosa, na manhã de hoje, na
 5 sessão em homenagem às mulheres. Entre tantos que jogam espinhos, alguém
 6 oferece flores.

7 Passo a ler uma história muito antiga – contada, como sempre, muito bem
 8 pelo grande Eduardo Galeano –, sobre uma menina de sete anos chamada Joana.

9 Pelo espelho vê entrar a mãe e solta a espada, que cai com o rumor de um canhão, e dá
 10 Joana tamanho pulo que toda a sua cara fica metida debaixo do chapéu de abas
 11 imensas.

12 – Não estou brincando – zanga ante o riso de sua mãe. Livra-se do chapéu e aparecem
 13 os bigodões de carvão. Mal navegavam as perninhas de Joana nas enormes botas de
 14 couro; tropeça e cai no chão e chuta, humilhada, furiosa; a mãe não pára de rir.

15 – Não estou brincando! – protesta Joana, com água nos olhos. – Eu sou homem! Eu irei
 16 à universidade, porque sou homem!

17 A mãe acaricia sua cabeça:

18 – Minha filha louca, minha bela Joana. Deveria açoitar-te por estas indecências.

19 Senta-se ao seu lado e docemente diz: "Mais te valia ter nascido tonta, minha pobre filha
20 sabichona", e a acaricia enquanto Joana empapa de lágrimas a enorme capa do avô.

21 Sr. Presidente, estou chorando, mas não choramingando. Choro, porque
22 mulher é assim e, graças a Deus, não precisa se envergonhar de suas lágrimas,
23 principalmente hoje, quando teremos uma votação muito importante.

24 Dizem que as lágrimas provocam cicatrizes na alma. Certamente, todo
25 esse processo me deixou com muitas cicatrizes na alma. Mas também sei que só
26 tem cicatrizes na alma quem não se acovardou, quem não se ajoelhou
27 covardemente, quem esteve no campo de batalha, quem teve coragem de defender
28 suas posições.

29 Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como a mãe que acariciou a filha e
30 lhe disse que melhor seria ter ela nascido tonta, também para muitos de nós,
31 Senador Romeu Tuma, melhor seria termos nascido demagogos, neoliberais, termos
32 nascido carreiristas obcecados, covardes. Talvez, fosse muito mais cômodo.

33 Hoje, debateremos a reforma da Previdência. Não será esta a primeira
34 oportunidade de alguns membros desta Casa e de alguns militantes da política
35 brasileira, pois já houve outras oportunidades. Mas é importante deixar claro que os
36 direitos dos trabalhadores do setor público, como os direitos dos trabalhadores do
37 setor privado, não foram concessão da elite política e econômica, nem de nenhum
38 Parlamentar ou Partido. Os direitos dos trabalhadores do setor público, como os dos
39 trabalhadores do setor privado, são reflexo de tantas e tantas lutas, de tantos e
40 tantos combates, de conquistas, de sonhos.

41 Mas não é a primeira vez que os trabalhadores do setor público do Brasil
42 vêem seus direitos arrancados. Esta Casa mesmo, em 1998, viu, pois votou,
43 evidentemente debaixo de protesto, de combate e do voto "não" do Partido dos

44 Trabalhadores, esta Casa votou a reforma da Previdência para os trabalhadores do
45 setor público em 1998, retirando direitos que estavam assegurados. Esta Casa
46 votou, em 1999, a retirada de direitos dos trabalhadores do setor privado com a
47 reforma da Previdência do setor privado, mas com o voto contrário, o voto "não",
48 com a combatividade do Partido dos Trabalhadores.

49 Não é à toa, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o Partido dos
50 Trabalhadores impediu a conversa de seus dois Governadores com o Governo
51 Fernando Henrique Cardoso sobre a reforma da Previdência, porque estava
52 arraigado em nossas concepções programáticas, na nossa tradição histórica que
53 queríamos a reforma do aparelho de Estado, parasitado e privatizado a serviço de
54 uma elite política e econômica decadente, irresponsável, cínica e incapaz. Mas, Sr.
55 Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nunca defendemos uma reforma da Previdência
56 que signifique clara transferência de renda do setor público para o setor privado, que
57 signifique clara redução dos gastos sociais para encher a pança dos banqueiros
58 internacionais, para continuar vivenciando o superávit, pagando mais de 120 bilhões
59 de juros de serviço da dívida, para continuar aumentando em mais de 60%, só nesse
60 primeiro semestre, em relação ao ano passado!

61 Esse é o debate que está sendo feito.

62 Devemos acabar com essa conversa fiada, com essa cantilena enfadonha
63 e mentirosa, que vem desde o Governo Fernando Henrique, de que se trata de
64 rombo na Seguridade Social. Ora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, muitos
65 desta Casa reivindicavam auditoria para mostrar quais ratazanas de terno e gravata
66 roubaram a Previdência, para mostrar os verdadeiros saqueadores da Previdência,
67 pediam auditoria para mostrar o faz-de-conta do déficit da Seguridade Social, porque
68 a Desvinculação de Receita da União arranca, só dos cofres da Seguridade Social,

69 R\$36 bilhões, arranca, saqueia oficialmente R\$36 bilhões dos cofres da Seguridade,
70 mas depois alega que não tem dinheiro, que o Tesouro vai ter de investir.

71 Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez estamos diante de
72 graves injustiças. Infelizmente, tentamos muito garantir uma regra de transição,
73 porque essa mudança não se trata de coisa qualquer. Não entendo. Sinceramente,
74 só se houver muito Ministério em jogo, muito cargo em jogo, muito balcão de
75 negócio sujo em jogo, porque não consigo entender como alguém defende que a um
76 trabalhador do setor público que ganha R\$300,00 ou R\$400,00 seja imposto
77 trabalhar mais seis, sete, oito ou nove anos de serviço para não ter um corte de até
78 35% em sua aposentadoria. Não consigo entender como alguém vota tranquilo
79 diante da diferença clara que esta proposta de reforma trará. O filho da pobreza
80 começa a trabalhar mais cedo, começa a trabalhar com 15 anos de idade. Filho de
81 Senador, com certeza, não começa a trabalhar com 15 anos de idade. Filho de
82 Senador tem a oportunidade de entrar na universidade, de se formar, e só entra no
83 mercado de trabalho com 25 anos de idade. O que está acontecendo? Quem
84 começou a trabalhar mais cedo vai perder dez anos de contribuição à Previdência e
85 dez anos de trabalho.

86 Será que alguém continuará dizendo que isso é justo? Será que alguém
87 consegue dormir tranquilo pensando dessa forma? Como alguém pode ser contra a
88 aposentadoria especial? Como alguém pode impor a um policial trabalhar mais de
89 60 anos? Como retirar o direito à aposentadoria de uma trabalhadora com 25 anos
90 de serviço? Não adianta a justificativa demagógica de que ela vai trabalhar menos
91 cinco anos, porque ela terá o aumento de sua carga de trabalho e dos anos
92 trabalhados para não sofrer corte de até 35% em sua aposentadoria.

93 Sr. Presidente, alguns são contra a aposentadoria especial, quando
94 tantos ex-governadores trabalharam quatro anos e tiveram aposentadoria especial!
95 O Presidente da República tem aposentadoria como anistiado, mas a maioria dos
96 anistiados ainda não a recebeu. São tantos os que têm aposentadoria especial, mas
97 falam contra a aposentadoria especial para o trabalhador da educação, da saúde, da
98 segurança pública.

99 Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não se trata de coisa qualquer. O
100 pior mesmo é saber onde está a inspiração. Está lá, no acordo com os gigolôs do
101 Fundo Monetário Internacional. Estão lá os quatro pontos: reforma da Previdência,
102 privatização dos Bancos federalizados, lei de falência, autonomia do Banco Central.
103 Estão lá os quatro pontos. E, certamente, alguém virá e dirá: "Mas tem de haver
104 dinheiro para investir em segurança, em educação, em infra-estrutura!".

105 Quanta demagogia! Quanta mentira!

106 O problema não é sobrar dinheiro para investir nas áreas sociais e na
107 infra-estrutura. O problema é sobrar dinheiro para continuar transferindo renda para
108 o capital financeiro internacional, para os gigolôs do Fundo Monetário e para os
109 parasitas das instituições de financiamento multilaterais. É isso que está em jogo. É
110 a partilha da riqueza do País. É isso que estamos discutindo.

111 Infelizmente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, este é um dos
112 momentos mais difíceis da minha vida. Não é o momento mais difícil. Já tive
113 momentos muito, muito mais difíceis na minha vida.

114 E volto a repetir: choro, porque dediquei os melhores anos da minha vida
115 ao Partido dos Trabalhadores e sei que estou defendendo aqui o que aprendi no
116 Partido dos Trabalhadores. Não estou defendendo algo que aprendi numa

117 cartilhazinha pessoal; estou aqui falando o que passei quatro anos falando como
118 Líder do PT, como Líder da Oposição ao Governo Fernando Henrique. E falava
119 exatamente isto que estou falando, exatamente isto.

120 Hoje, infelizmente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, existe um
121 grande abismo entre o que éramos, como Parlamentares da Oposição, e o que
122 estamos fazendo.

123 Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apesar de tudo o que
124 pode significar o meu voto, estou com a consciência tranqüila. Repito para mim
125 mesma todos os dias uma passagem bíblica: "De que vale a um homem ter toda a
126 riqueza do mundo a seus pés, se ele perde a sua alma?". E repito também para
127 mim, todos os dias: "É melhor o coração partido do que a alma vendida".

128 Estou com a consciência tranqüila. Não me arrependo de nenhum dos
129 passos que dei. Não me arrependo dos melhores anos da minha vida que dediquei à
130 construção desse Partido. E muito mais: se alguém resolver retirar de mim a
131 legenda, não vai arrancar de mim a minha alma libertária, o meu compromisso com
132 o socialismo, o meu coração. Esses, não arrancarão! Podem até me tirar uma
133 legenda partidária, mas jamais conseguirão arrancar a minha alma, o meu coração,
134 as minhas convicções ideológicas, a minha visão de mundo, que não têm preço!

DISCURSO C:

1 **A SR^a HELOÍSA HELENA** (Bloco/PT – AL. Pronuncia o seguinte
2 discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,
3 primeiro, quero dizer que respeito profundamente as opções e os votos de todos os
4 Senadores. Prometi à minha mãe que não ia chorar. Eu o prometi a D. Helena, uma

5 mulher valente, que ficou órfã de pai e de mãe com 14 anos de idade, que criou os
6 onze irmãos no cabo da enxada, que me ensinou as mais belas lições de
7 solidariedade e que me deu belíssimas lições de coragem também.

8 Sr. Presidente, há uma frase muito bonita de D. Pedro Casaldáliga:
9 “Malditas sejam todas as cercas! Malditas todas as propriedades privadas que nos
10 privam de viver e de amar!”. E é por isso, Sr. Presidente José Sarney, Senador
11 Eduardo Suplicy, que, apesar de toda a tristeza que me envolve neste momento,
12 porque sei o significado deste gesto, quero que todas as pessoas que por mim têm
13 carinho, afeto, respeito, saibam que, apesar da tristeza profunda que estou sentindo
14 hoje, estou profundamente feliz, porque sou uma mulher livre. (Manifestação das
15 galerias) Eu sou uma mulher livre!

16 Sei, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que nenhum Parlamentar
17 desta Casa, nenhum, ou meu maior adversário ou meu maior companheiro, nenhum
18 Parlamentar desta Casa teria a ousadia de dizer que defendo privilégios, que
19 defendo supersalários, que não sinto a dor dos excluídos, dos marginalizados, dos
20 filhos da pobreza. Ninguém poderia dizê-lo, porque quem me acompanhou nesta
21 Casa, especialmente os Senadores mais antigos que acompanharam minha postura
22 nesta Casa como Líder do PT, como Líder da Oposição ao Governo Fernando
23 Henrique, quase me pegando no tapa, Senador Jefferson Péres, com alguns
24 Senadores desta Casa quando atacavam o PT, quando atacavam o Lula e o José
25 Dirceu, sabe o que passei na Comissão de Fiscalização e Controle, o que passei na
26 Comissão de Assuntos Econômicos, defendendo o Partido dos Trabalhadores.
27 Então, ninguém é mais PT do que eu.

28 Se a cúpula palaciana ou a base de bajulação quer ostentar melhor a
29 estrelinha do PT no peito, não vai poder ostentá-la mais do que eu, que tenho o

30 direito a fazê-lo também, porque dei os melhores anos da minha vida para construir
31 o Partido dos Trabalhadores, enfrentando o crime organizado, enfrentando a
32 oligarquia degenerada, decadente e cínica.

33 Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho de me sentir feliz, porque
34 não estou compartilhando com a suposta coexistência pacífica e cínica entre
35 carreiristas obcecados, entre neoliberais de carteirinha, entre prisioneiros dos
36 cárceres do poder, porque sou uma mulher livre e sei que liberdade ofende! A
37 liberdade ofende os prisioneiros dos cárceres do poder, os que têm de se justificar,
38 os que têm de abrir mão das suas convicções!

39 Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, daqui a pouco, vamos votar dois
40 requerimentos de destaque. Vou votar como o PT votou seis vezes: contra a taxaço
41 dos inativos. Vou votar contra a reforma da Previdência dos trabalhadores do setor
42 público, porque o PT votou contra. O PT a combateu, em 1998, quando Fernando
43 Henrique a apresentou. Vou votar contra essa reforma da Previdência, porque ela
44 não faz nada pelos filhos da pobreza, pelas crianças que entram mais cedo no
45 mercado de trabalho. Ela não faz nada pelos excluídos, pelos filhos da pobreza,
46 pelos marginalizados! Ela não faz nada, Sr. Presidente! Por isso, sinto-me na
47 obrigação de votar contra essa reforma da Previdência.

48 Quando combati o bom combate nesta Casa, batendo no Governo
49 Fernando Henrique, atribuindo ao Governo Fernando Henrique a desestruturação do
50 Estado brasileiro, as mazelas da corrupção no processo de privatização deste País,
51 considerava que o nosso Governo teria a obrigação de mostrar ao País o que
52 dizíamos que eram os crimes contra a Administração Pública, o tráfico de influência,
53 a intermediação de interesses privados, e não o silêncio, Sr. Presidente, como
54 vemos hoje!

55 Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, caras companheiras e
56 companheiros, nem a propaganda triunfalista me inibe, nem a ofensiva ideológica
57 dos que legitimam no imaginário popular o Fundo Monetário Internacional, as
58 instituições de financiamento multilaterais. Não vou compartilhar com o medo e com
59 a fraqueza do Governo Federal em enfrentar o Fundo Monetário Internacional. Não
60 vou compartilhar com a fraqueza dos governos estaduais, que, mais uma vez, junto
61 com o Governo Federal, estabelecem, lançam a conta e a fatura aos trabalhadores
62 do setor público. Os Governadores, em vez de, mais uma vez, jogarem a conta aos
63 trabalhadores do setor público, deveriam exigir do Senado Federal a repactuação da
64 dívida, a diminuição do percentual de comprometimento de suas receitas com o
65 pagamento dos juros e do serviço da dívida e com o Fundo Monetário Internacional.

66 Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apesar de este ser um dos
67 momentos mais difíceis da minha vida, não é o mais difícil. Difícil nem foi quando eu
68 tinha de passar as noites de Natal num quartinho de empregada, Senador Mão
69 Santa, quando minha mãe, analfabeta, pobre e trabalhadora, tinha de trabalhar nas
70 casas ricas de Maceió, quando não podíamos passar da porta da cozinha.

71 Eu, que nunca sonhei – porque filho de pobre geralmente nem sonha –
72 tocar os tapetes azuis do Senado, estou aqui: uma mulher do Partido dos
73 Trabalhadores, sim, uma mulher do PT, sim, porque dediquei os melhores anos da
74 minha vida à construção desse Partido.

75 Estou votando de consciência tranqüila. Tenho toda a motivação de estar
76 feliz, porque não preciso justificar meu voto. Não preciso cair no cinismo e na
77 dissimulação de dizer que há combate aos privilégios. Mentira! Não estão
78 combatendo os privilégios coisíssima nenhuma, nem criando teto salarial! Já está na

79 proposta da reforma paralela a garantia dos penduricalhos e dos supersalários – os
80 penduricalhos dos Senadores ou os supersalários.

81 Sr. Presidente, por isso, voto com muita dor. É como se estivessem
82 arrancando meu coração. E não podem devolver os melhores anos da minha vida,
83 que dei à construção do Partido dos Trabalhadores. Não me arrependo de
84 absolutamente nada. Aliás, jamais me arrependerei deste momento, deste voto que
85 estou dando hoje. (Palmas.)

DISCURSO D:

1 **A SRª HELOÍSA HELENA** (Sem Partido – AL. Para uma comunicação
2 inadiável. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, registro
3 na Casa um evento extremamente importante que aconteceu no último fim de
4 semana: o lançamento do P-SOL – Partido Socialismo e Liberdade. Partilho com a
5 Casa e com os que acompanham nosso mandato na TV Senado e na Rádio Senado
6 que estamos muito felizes. É um momento muito especial das nossas vidas.

7 Senador Pedro Simon, estamos entregando ao povo brasileiro um abrigo
8 para a esquerda socialista, democrática, que não faz a medíocre opção de se
9 lambuzar no banquete farto do poder ou de ser prisioneira dos cárceres dos
10 palácios.

11 Neste primeiro semestre, todos conhecemos o que é o monstrengo da
12 legislação eleitoral, da qual não estamos a reclamar. Sua aprovação no Congresso
13 visava justamente a impedir o aparecimento de tantos dos chamados partidos
14 nanicos, que acabam se submetendo simplesmente a fazer negócios no período
15 eleitoral. Não estamos reclamando da legislação eleitoral. Certamente, será o

16 primeiro Partido a conquistar um registro sob a égide da nova legislação eleitoral,
17 porque nenhum dos partidos que estão hoje apresentados ao povo brasileiro teve de
18 submeter-se à estrutura burocrática a que vamos ter de nos submeter.

19 No entanto, estamos muito felizes, porque não vendemos as nossas
20 convicções e não rompemos com a tradição da esquerda socialista e democrática.
21 Há o cansaço e a exaustão física, pois montamos um fórum de debates durante todo
22 o primeiro semestre. Percorremos o Brasil todo estabelecendo concessões coletivas
23 nos agrupamentos de esquerda para a construção do nosso programa provisório, do
24 nosso estatuto.

25 Identificamos como está maravilhosamente enraizado na alma do povo
26 brasileiro o sentido democrático. Das pessoas mais simples, como o camelô nas
27 praças e o catador de lixo, às pessoas mais sofisticadas nos saguões dos
28 aeroportos, como elas entendem que temos o direito de defender aquilo em que
29 efetivamente acreditamos!

30 Ao se transformar na ferramenta triunfalista do neoliberalismo; ao trair a
31 esquerda socialista e democrática e aprofundar o modelo neoliberal, negando todas
32 as concepções programáticas acumuladas por meio da dor, do sofrimento, das
33 lágrimas e do suor de milhares de militantes da esquerda socialista e democrática na
34 América Latina, no Brasil e no mundo; ao mudar de lado, se alguns pensavam que
35 conseguiriam liquidar com o que existe de mais belo e precioso na esquerda
36 socialista e democrática, enganaram-se redondamente, porque a ninguém são
37 dadas as bandeiras históricas. Ninguém, nenhum Partido – nem o novo Partido
38 estará –, nenhuma Liderança está ungida pelos deuses do universo ou autorizada
39 pela classe trabalhadora a liquidar as bandeiras históricas e as concepções
40 programáticas acumuladas pela esquerda socialista e democrática.

41 Então, se o que era o maior Partido de esquerda da América Latina se
42 transformou na ferramenta da propaganda triunfalista do neoliberalismo, e o
43 Governo Lula, que se comprometeu com mudanças estruturais profundas, hoje nada
44 mais é do que o aprofundamento do modelo neoliberal, estamos entregando ao povo
45 brasileiro o P-SOL, o Partido Socialismo e Liberdade.

46 Espero que o povo brasileiro, que renasce a cada dia com o sol, em
47 coragem, solidariedade e esperança, possa estar nos ajudando a fazer com que o P-
48 SOL, Partido Socialismo e Liberdade, o novo Partido, consiga as 438 mil assinaturas
49 necessárias do ponto de vista da legislação eleitoral.

50 Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, muitos Senadores,
51 independentemente das convicções ideológicas e da identidade, bem como os
52 funcionários da Casa e muitos que acompanham o nosso mandato parlamentar,
53 sabem como ficou profundamente marcado, na nossa alma e no nosso coração
54 militante, o processo de expulsão. Então, eu não poderia deixar de partilhar com
55 esta Casa a minha alegria de entregar ao povo brasileiro o P-SOL, Partido
56 Socialismo e Liberdade, um abrigo para a esquerda socialista e democrática, para a
57 esquerda livre que – volto a repetir – não se predispõe a ser prisioneira dos cárceres
58 do poder e nem a se lambuzar no banquete farto dos palácios, por mais sedutores e
59 cômodos que eles efetivamente sejam.

60 É só, Sr^a Presidente.

4 DESENVOLVIMENTO DA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA

4.1 PERCEPÇÃO DO PROBLEMA

No caso específico dos discursos selecionados, não é detectado um problema na acepção utilizada por Chouliaraki e Fairclough (1999). O que verifico são questões de pesquisa, já apresentadas na introdução deste trabalho. O intuito é o de examinar os meandros do discurso político da Senadora Heloísa Helena, em momentos significativos da vida pública brasileira. Chama-me a atenção a coerência interna do discurso dessa Senadora, que era voz representativa dos valores e dos ideais do Partido dos Trabalhadores. O fato de ela ter marcado sua posição dissidente trouxe à tona questões éticas e ideológicas e gerou implicações para o PT, causando rupturas dentro do Partido; para a vida nacional; para a política de um modo geral e, inclusive, para a imagem do Presidente Lula e dos dirigentes daquele Partido.

4.2 EXAME DOS OBSTÁCULOS A SEREM ENFRENTADOS

4.2.1 Análise da conjuntura

O primeiro pronunciamento em plenário da Senadora Heloísa Helena (Discurso A) é feito logo após sua posse, em 1999, em seu primeiro mandato no Senado Federal. Heloísa Helena foi eleita Senadora pelo Partido dos Trabalhadores,

fazendo oposição, em seu Estado, Alagoas, aos correligionários do ex-Presidente Fernando Collor, que havia sofrido *impeachment* anos antes, devido a denúncias de corrupção e de tráfico de influência.

No ano de 1999, o Partido dos Trabalhadores já se configurava como o principal Partido das esquerdas brasileiras, como alternativa ao projeto neoliberal que havia entrado em curso em 1990 e que prosseguia com o Governo Fernando Henrique Cardoso, que assumiu a Presidência em 1994. Portanto, Fernando Henrique Cardoso estava em seu segundo mandato como Presidente da República, mas começava a se enfraquecer, pois o real – moeda criada por ele ainda como Ministro no Governo Itamar Franco, sucessor de Collor, e principal elemento de coesão para a sua vitória nas eleições – começava a desvalorizar-se.

É necessário dizer que o PT tem origem no movimento sindical brasileiro e nos setores progressistas da Igreja Católica, defensores da Teologia da Libertação. Assim, conta em sua composição com trabalhadores, com intelectuais de esquerda, com dirigentes sindicais. Desde a sua fundação, apresenta-se como Partido de esquerda que defende o socialismo como forma de organização social. Busca uma nova forma de socialismo democrático, contrapondo-se aos modelos soviético e chinês, e se apresenta como um Partido dos Trabalhadores para os trabalhadores. Assim, é esse o espírito que podemos observar no primeiro discurso da Senadora Heloísa Helena, ela que é filha de um trabalhador pobre migrante do empobrecido Estado de Alagoas. Nesse momento, ela defende o ideário do Partido ao qual pertence e do qual foi uma das fundadoras, posicionando-se ao lado dos pobres e dos oprimidos.

Os Discursos B e C, em que a Senadora aborda o tema da reforma do sistema previdenciário, foram proferidos em 2003, quando Luiz Inácio Lula da Silva

já estava no poder, depois de perder as eleições por três vezes consecutivas. Lula foi eleito em 2002, com votação expressiva, passados treze anos da primeira campanha do PT à Presidência da República. Nesse momento, a representação do PT no Congresso havia aumentado consideravelmente, com a eleição da maior bancada federal (91 Deputados Federais e 14 Senadores).

Era um momento marcante, porque se chegava à votação da reforma da Previdência, agora defendida pelo Governo Lula. Tempos atrás, quando a proposta havia sido apresentada pelo Governo Fernando Henrique, o PT a tinha denunciado como revogação ilegal dos direitos dos trabalhadores. A Senadora Heloísa Helena, assim, dizendo-se coerente com as posições anteriormente assumidas por seu Partido, expressou seu voto contrário à taxação dos inativos e a outros aspectos da reforma, indo de encontro ao que postulava o Governo do qual fazia parte, mesmo sabendo que, com isso, poderia selar sua saída do Partido.

A Senadora foi acusada de votar 19 vezes contra medidas apoiadas pelo Governo no curso de um ano e era conhecida como uma representante da ala radical ou “xiita” do PT. Ela já havia entrado em choque com a liderança partidária desde a campanha presidencial de 2002, pois se opunha à escolha de José Alencar, o maior empresário do ramo têxtil do País e dirigente de um partido de direita, para a Vice-Presidência da República.

A ameaça de expulsão do Partido esteve pendente por alguns meses, mas a consequência daquele ato da Senadora foi a que já se esperava: sua exclusão dos quadros do Partido dos Trabalhadores, que, dessa forma, foi por muitos acusado de romper com sua tradição de democracia, de pluralismo e de tolerância, visto que esse Partido sempre se havia pautado pela liberdade de opinião.

O Discurso D foi proferido em 2004, quando a Senadora Heloísa Helena anuncia a criação do Partido Socialismo e Liberdade, P-SOL, do qual se torna líder e que é por ela denominado como “abrigo da esquerda socialista, democrática”. Para ele, convergem os que se posicionaram de forma contrária à reforma da Previdência e que também foram expulsos do PT.

A Senadora, dessa forma, em seu novo Partido, faz oposição ferrenha ao Governo Lula, tornando-se, com sua voz discordante, um elemento a mais na crise que se abate sobre este Governo, devido aos escândalos de corrupção. E se apresenta como uma das principais candidatas à Presidência da República nas eleições deste ano de 2006, em que será adversária de Lula, que tentará a reeleição.

4.2.2 Análise dos discursos

Nesta análise, dou destaque a algumas das categorias analíticas descritas por Koch (1999, p. 164), categorias estas que nos ajudam a examinar como se dá a argumentatividade nos discursos da Senadora Heloísa Helena. Também observo algumas categorias lingüísticas apresentadas por Fairclough (2001, p. 103 e 104), tais como vocabulário, força dos enunciados, coerência textual e intertextualidade.

São estes os recursos lingüísticos mais expressivos encontrados nos discursos:

- Recursos argumentativos associados à retórica integrada: índices de avaliação, índices de polifonia (intertextualidade), pressuposições.

- Recursos retóricos ou estilísticos associados à retórica aplicada: seleção lexical (reiteraões e oposiões), exclamaões retóricas e expressões de valor interjetivo, questões retóricas e ironia.

Devo dizer que procurei abranger o maior número de exemplos possível, mas acredito que não os tenha esgotado.

4.2.2.1 Índices de avaliação

Fairclough (2001, p. 102 e 103) nos fala que, no quadro da análise textual, devemos observar questões ligadas tanto à forma lingüística quanto ao significado. Dessa forma, analisamos “signos”, palavras ou expressões constituídas de significado.

Para os analistas críticos do discurso, a escolha das palavras é motivada socialmente, ou seja, há toda uma intencionalidade por trás do que é dito. As palavras trazem toda uma carga ideológica, social e cultural, uma carga poderosa de implícitos.

Abreu (2005, p. 99 e 100) nos diz:

As palavras não são etiquetas que colocamos sobre os objetos, as pessoas, as idéias, os sentimentos, mas maneiras de representar tudo isso. As línguas humanas são sistemas de representação. Quando usamos uma palavra, estamos fazendo uma escolha de como representar alguma coisa. [...] As palavras que escolhemos têm enorme influência em nossa argumentação.

Fairclough (*ibidem*, p. 231) usa o termo “significado potencial” para representar aqueles significados que são convencionalmente associados às palavras por meio do dicionário. E diz ainda:

Os textos criativos são caracterizados por ambigüidades e ambivalências de significado e pelo jogo retórico com os significados potenciais das palavras. Os textos criativos usam

necessariamente os significados potenciais como recursos, mas eles contribuem para desestruturar e reestruturá-los, incluindo a mudança de limites e de relações entre significados.

É o que podemos observar nos discursos da Senadora Heloísa Helena, que demonstra motivação política e ideológica ao conferir às suas palavras um valor avaliativo. Há incidência expressiva de palavras e de expressões de teor afetivo com um traço significativo de avaliação em seus discursos.

Classifico os índices de avaliação utilizados de acordo com a referência a que eles estão vinculados, como podemos ver a seguir.

- Referentes ao modelo neoliberal, à política praticada por Fernando

Henrique Cardoso:

- **Substantivos:**

- 01 [...] diante do *fracasso* do neoliberalismo. (Discurso A, linha 17)
- 02 [...] atribuindo ao Governo Fernando Henrique Cardoso a *desestruturação* do Estado brasileiro, as *mazelas* da corrupção [...] (Discurso C, linhas 49 e 50)

- **Adjetivos:**

- 03 Pensei em falar sobre esse conjunto de políticas *mercantilistas* [...] (Discurso A, linhas 17 e 18)
- 04 [...] criando um modelo *desastroso* [...] (Discurso A, linha 19)
- 05 [...] protegeu a corrupção de forma *vergonhosa* e acordos *imorais* absolutamente *inconstitucionais* [...] (Discurso A, linhas 60 e 61)
- 06 [...] cantilena *enfadonha* e *mentirosa*, que vem desde o Governo Fernando Henrique Cardoso [...] (Discurso B, linhas 62 e 63)

- Referentes a Alagoas e ao povo de Alagoas:

- **Substantivos:**

- 07 [...] represento as *vítimas* da angústia e da tristeza nas Alagoas. (Discurso A, linhas 51 e 52)

- **Adjetivos:**

- 08 [...] conheço profundamente as mulheres e os homens *de bem e de paz* da minha terra [...] (Discurso A, linhas 30 e 31)
- 09 [...] em representar a maioria do povo alagoano, o povo *humilde, trabalhador, honesto, cheio de fé* em Deus [...] (Discurso A, linhas 48 e 49)
- 10 [...] como o nosso *forte, digno e generoso* povo das Alagoas. (Discurso A, linhas 104 e 105)

- Referentes à violência e à corrupção praticada pela elite dominante

e pelos maus políticos:

• Substantivos:

- 11 [...] um povo que enfrentou de cabeça erguida a *pistolagem*, a *vergonhosa sedução do dinheiro fácil* [...] (Discurso A, linhas 26 e 27)
- 12 [...] com a meia dúzia de *delinqüentes* que mancham [...] (Discurso A, linha 32)
- 13 [...] *esconderijo* perfeito de *bandido engravatado*. (Discurso A, linhas 82 e 83)
- 14 [...] para mostrar quais *ratazanas de terno e gravata* roubaram a Previdência, para mostrar os verdadeiros *saqueadores* da Previdência [...] (Discurso B, linhas 65 e 66)
- 15 [...] só se houver [...] muito *balcão de negócio sujo* em jogo [...] (Discurso B, linhas 74 e 75)
- 16 [...] e para os *parasitas* das instituições de financiamento multilaterais. (Discurso B, linha 109)
- 17 [...] entre *carreiristas* obcecados, entre *neoliberais de carteirinha*, entre *prisioneiros dos cárceres do poder* [...] (Discurso C, linhas 35 e 36)

• Adjetivos:

- 18 [...] não represento essa minoria de alagoanos que sempre se imaginou *grande, poderosa, inatingível*, porque tinha nas mãos [...] a estrutura *covarde* do crime organizado [...] (Discurso A, linhas 40-42)
- 19 [...] uma elite *perversa, fria, insensível, irresponsável, incompetente, cínica, demagógica e saqueadora* dos cofres públicos. (Discurso A, linhas 45 e 46)
- 20 [...] pela *vergonhosa e deplorável* impunidade e pela *maldita* imunidade parlamentar [...] (Discurso A, linhas 81 e 82)
- 21 O povo de Alagoas teve roubado, pela elite *fracassada*, o direito [...] (Discurso A, linha 102)
- 22 [...] a serviço de uma elite *política e econômica decadente, irresponsável, cínica e incapaz*. (Discurso B, linha 54)
- 23 [...] enfrentando o crime organizado, enfrentando a oligarquia *degenerada, decadente e cínica*. (Discurso C, linhas 31 e 32)

- Referentes ao sentimento e à identidade da Senadora:

• Substantivos:

- 24 [...] fazer uma homenagem, uma *declaração de amor* à minha querida Alagoas [...] (Discurso A, linhas 24 e 25)
- 25 [...] Como *cristã*, atendo à denominação ética [...] (Discurso A, linha 110)
- 26 [...] as lágrimas provocam *cicatrizes* na alma. (Discurso B, linha 24)
- 27 Então, ninguém é *mais PT* do que eu. (Discurso C, linha 27)

• Adjetivos:

- 28 [...] “É melhor o coração *partido* do que a alma *vendida*”. (Discurso B, linha 127)
- 29 [...] não vai arrancar de mim a minha alma *libertária* [...] (Discurso B, linha 131)
- 30 Eu sou uma mulher *livre*! (Discurso C, linha 15)
- 31 Estou votando de consciência *tranquila*. (Discurso C, linha 75)

- 32 No entanto, estamos muito *felizes*, porque não vendemos nossas convicções [...] (Discurso D, linha 19)

- Referentes ao Partido dos Trabalhadores e ao Governo do PT, bem como a seus membros:

- **Substantivos:**

- 33 [...] porque estava arraigado [...] na nossa *tradição* histórica [...] (Discurso B, linha 52)
- 34 [...] existe um grande *abismo* entre o que éramos [...] e o que estamos fazendo. (Discurso B, linhas 120-122)
- 35 Se a *cúpula palaciana* ou a *base de bajulação* quer ostentar melhor [...] (Discurso C, linha 28)
- 36 Não vou compartilhar com o medo e com a *fraqueza* do Governo Federal [...] (Discurso C, linha 59)
- 37 [...] transformou na *ferramenta triunfalista* do neoliberalismo, e o Governo Lula [...] hoje nada mais é do que o *aprofundamento do modelo neoliberal* [...] (Discurso D, linhas 42-44)

- **Adjetivos:**

- 38 [...] nem a propaganda *triumfalista* me inibe, nem a ofensiva *ideológica* [...] (Discurso C, linha 56)
- 39 Então, se o que era o *maior* Partido de esquerda da América Latina [...] (Discurso D, linha 41)

- Referentes à reforma da Previdência e aos que a defendem:

- **Substantivos:**

- 40 [...] melhor seria [...] termos nascido *carreiristas* obcecados [...] (Discurso B, linhas 31 e 32)
- 41 [...] estamos diante de graves *injustiças*. (Discurso B, linhas 71 e 72)
- 42 [...] no acordo com os *gigolôs* do Fundo Monetário Internacional. (Discurso B, linhas 100 e 101)
- 43 Quanta *demagogia*! Quanta *mentira*! (Discurso B, linha 105)
- 44 Não preciso cair no *cinismo* e na *dissimulação* de dizer que há combate aos privilégios. (Discurso C, linhas 76 e 77)
- 45 [...] a garantia dos *penduricalhos* e dos *supersalários* [...] (Discurso C, linha 79)

- Referentes ao P-SOL:

- **Substantivos:**

- 46 [...] estamos entregando ao povo brasileiro um *abrigo* para a esquerda [...] (Discurso D, linha 7)

- **Adjetivos:**

- 47 [...] de entregar ao povo brasileiro o P-SOL, Partido do Socialismo e da Liberdade, um abrigo para a esquerda *socialista e democrática*, para a esquerda *livre* [...] (Discurso D, linhas 55-57)

Por meio de adjetivos e de substantivos com valor avaliativo, a Senadora evidencia a falência da política neoliberal (Exemplo 01) e a violência praticada por

aqueles que detêm o poder (Exemplos 11 e 18). A Senadora também qualifica seus adversários e as elites dominantes de forma negativa (Exemplos 12, 13, 14, 16, 18, 19), denunciando a corrupção e o jogo de interesses, e se posiciona ao lado do povo sofrido, trabalhador e humilde que a elegeu enfrentando a oligarquia alagoana (Exemplos 09, 10 e 11).

Podemos notar que, nos Exemplos 11, 13, 14, 15, 16 e 17, os substantivos têm o reforço de um complemento nominal ou de adjetivos e que há, em alguns casos, múltipla adjetivação (Exemplos 06, 09, 10, 18, 19, 20, 22 e 23), o que confere força ainda maior à argumentação. Ressalto ainda que, nos Exemplos 14, 15, 16 e 42, os substantivos têm um sentido metafórico, conferindo um estilo próprio ao discurso da Senadora.

Nos Discursos B e C, a Senadora defende a “tradição histórica” (Exemplo 33) do Partido dos Trabalhadores, colocando-se ainda dentro do Partido que ela ajudou a construir, ao qual ela diz ter dedicado os melhores anos de sua vida. Ao dizer “ninguém é mais PT do que eu” (Exemplo 27), a Senadora nos dá a entender que ninguém se manteve tão fiel aos ideários e aos princípios daquele Partido do que ela. Apesar disso, a Senadora diz ser “uma mulher livre” (Exemplo 30), pois não se prende a uma legenda partidária se para isso tem de ir de encontro a suas convicções ideológicas.

No Discurso D, os adjetivos estão em maior quantidade, mas há também substantivos com grande teor apreciativo. Neste momento, a Senadora já ataca o Partido dos Trabalhadores, como podemos ver no Exemplo 37, e apresenta ao povo brasileiro o Partido do Socialismo e da Liberdade (P-SOL), por ela fundado depois de sua expulsão do PT, como um “abrigo para a esquerda socialista” (Exemplos 46 e 47).

4.2.2.2 Índices de polifonia (intertextualidade)

Koch (2004, p. 154) nos diz que a intertextualidade é a mais importante manifestação da polifonia, que, em um texto, compreende perspectivas ou pontos de vista de enunciadores diferentes (“coro de vozes”). Num sentido amplo, a polifonia é constitutiva de todo e qualquer discurso, pois nele podemos sempre notar a presença do outro, como afirma Bakhtin (*apud*, FAIRCLOUGH, 2001, p. 134):

[...] nossa fala [...] é preenchida com palavras de outros, variáveis graus de alteridade e variáveis graus do que é de nós próprios, variáveis graus de consciência e de afastamento. Essas palavras de outros carregam com elas suas próprias expressões, seu próprio tom avaliativo, o qual nós assimilamos, reatualizamos e reacentuamos (Bakhtin, 1986: 89)

Assim, para Bakhtin, a linguagem é essencialmente dialógica, pois um texto mantém relações com outros textos e também funciona como eco das vozes do tempo em que ele é produzido, da história de um grupo social, de seus valores, crenças, preconceitos, medos e esperanças.

A intertextualidade implica a inserção, em um texto, de um intertexto, que pode ser explicitamente mencionado pelo enunciador, por meio de citações, de referências (intertextualidade manifesta), ou que pode estar implicitamente introduzido, sem citação da sua fonte (intertextualidade constitutiva).

Encontramos a polifonia nas seguintes passagens, todas elas marcadas pela intertextualidade manifesta:

- 48 Dom Hélder dizia que o povo aprende pelo conhecimento ou pelo sofrimento. (Discurso A, linha 101)
- 49 [...] do meu querido Dom Pedro Casaldáliga, que dizia que, por mais que se queira trabalhar teoricamente a ética, sem dúvida, ética na política é vergonha na cara e amor no coração. (Discurso A, linhas 110-112)
- 50 Pelo espelho vê entrar a mãe [...] a enorme capa do avô. (Discurso B, linhas 9-20)
- 51 E, certamente, alguém virá e dirá: “Mas tem de haver dinheiro para investir em segurança, em educação, em infra-estrutura!”. (Discurso B, linhas 103 e 104)

- 52 [...] uma passagem bíblica: “De que vale a um homem ter toda a riqueza do mundo a seus pés, se ele perde a sua alma?”. (Discurso B, linhas 125 e 126)
- 53 E repito também para mim, todos os dias: “É melhor o coração partido do que a alma vendida”. (Discurso B, linhas 126 e 127)
- 54 Sr. Presidente, há uma frase muito bonita de D. Pedro Casaldáliga: “Malditas sejam todas as cercas! Malditas todas as propriedades privadas que nos privam de viver e de amar!”. (Discurso C, linhas 8-10)

No Discurso A, a Senadora, por meio da reprodução de discurso indireto, faz alusão a D. Hélder Câmara e a D. Pedro Casaldáliga, religiosos da ala progressista da Igreja Católica (Exemplos 48 e 49). Preocupados com a área social, com os direitos humanos, buscavam integrar a Igreja na luta em defesa da justiça social e política e da cidadania, pregando a fé cristã e a caridade aos pobres e aos oprimidos. Esse recurso também pode ser interpretado como argumento de autoridade (retórica aplicada), pois assinala a adesão da Senadora às vozes desses dois bispos reconhecidos e respeitados dentro da Igreja, garantindo, assim, a validade da sua enunciação. Também no início do Discurso C, é feito o registro de uma frase de D. Pedro Casaldáliga, fazendo-se uso, como no Discurso A, de uma citação de autoridade, conferindo, dessa forma, credibilidade à argumentação (Exemplo 54).

O Discurso B começa com uma história do reconhecido escritor uruguaio Eduardo Galeano, em que ele narra uma época em que somente os homens tinham acesso ao conhecimento, à vida acadêmica (Exemplo 50). Com essa citação, que no texto veio recuada, em destaque, a Senadora nos diz da importância do acesso à informação, para não sermos enganados, iludidos.

Ainda no Discurso B, a Senadora dá voz aos que defendem a reforma da Previdência (Exemplo 51) e recorre a uma passagem bíblica (Exemplo 52), para, logo em seguida, destacar, por meio de aspas, um pensamento que lhe é próprio (Exemplo 53).

Como podemos perceber por esses exemplos, a Senadora evoca o discurso religioso, firmando sua imagem como cristã e como defensora dos pobres e dos oprimidos.

4.2.2.3 Pressuposições

Este é um recurso constitutivo de sentido – por trás do que é dito, há o não-dito –, característico da retórica integrada.

Koch (1999, p. 61, grifo da autora) afirma:

A pressuposição pode ser marcada no enunciado [...], mas pode também não aparecer senão numa interpretação fundada nas condições da enunciação. [...] A noção de subentendido passa a ser reservada para designar os **efeitos de sentido**, aqueles que surgem na interpretação quando se reflete sobre as razões de uma enunciação.

Destaco as seguintes passagens em que percebo a pressuposição:

- 55 Sei o quanto o povo de Alagoas sofreu para que eu estivesse aqui, um povo que enfrentou de cabeça erguida a pistolagem, a violência, a vergonhosa sedução do dinheiro fácil e me trouxe até aqui. (Discurso A, linhas 25-28)
- 56 Mas também sei que só tem cicatrizes na alma quem não se acovardou, quem não se ajoelhou covardemente, quem esteve no campo de batalha, quem teve coragem de defender suas posições. (Discurso B, linhas 25-28)
- 57 [...] nunca defendemos uma reforma da Previdência que signifique clara transferência de renda do setor público para o setor privado, que signifique clara redução dos gastos sociais para encher a pança dos banqueiros internacionais [...] (Discurso B, linhas 55-58)
- 58 O problema é sobrar dinheiro para continuar transferindo renda para o capital financeiro internacional, para os gigolôs do Fundo Monetário [...] (Discurso B, linhas 107 e 108)
- 59 [...] apesar de tudo o que pode significar o meu voto, estou com a consciência tranqüila. (Discurso B, linhas 123 e 124)
- 60 [...] o nosso Governo teria a obrigação de mostrar ao País o que dizíamos que eram os crimes contra a Administração Pública [...] e não o silêncio [...] (Discurso C, linhas 51-53)
- 61 Eu, que nunca sonhei – porque filho de pobre geralmente nem sonha [...] (Discurso C, linha 71)
- 62 [...] estamos entregando ao povo brasileiro um abrigo para a esquerda socialista, democrática, que não fez a medíocre opção de se lambuzar no banquete farto do poder ou de ser prisioneira dos cárceres dos palácios. (Discurso D, linhas 7-10)

No Exemplo 55, a Senadora afirma que o povo de Alagoas sofreu para elegê-la, por enfrentar a violência e a corrupção praticadas naquele Estado, e, com isso, podemos pressupor que ela não compactua com tais práticas.

Pelo Exemplo 56, podemos depreender, por meio de nossa memória discursiva, que a Senadora, ao dizer “quem não se acovardou, quem não se ajoelhou covardemente”, refere-se a pessoas do Partido dos Trabalhadores que, segundo ela, não honram posições anteriormente assumidas e se submetem aos ditames da elite econômica e política, dos banqueiros internacionais, do Fundo Monetário Internacional, entre outros por ela listados. No caso, o pressuposto é o de que ela, sim, “tem cicatrizes na alma” por ter tido a coragem de defender suas posições.

No Exemplo 57, o pressuposto é o de que a reforma da Previdência que está em votação é que transfere renda para o setor privado e gera redução nos gastos sociais, e, dessa forma, a Senadora diz que nunca defendeu uma reforma com tal teor.

No Exemplo 58, a Senadora mostra nas entrelinhas que, de fato, sobra dinheiro (pressuposto), mas que esse dinheiro, em vez de ser transferido para áreas sociais, é desviado para o pagamento da dívida externa e para outros fins não prioritários.

Pelo Exemplo 59, o pressuposto é o de que o voto da Senadora, naquele momento, pode trazer conseqüências. Podemos perceber que ela sabe que seu voto contrário à reforma da Previdência pode significar, inclusive, sua saída do Partido dos Trabalhadores, o que ocorreu posteriormente.

No Exemplo 60, a Senadora nos dá a entender que o Governo do qual faz parte compactua com a corrupção havida no processo de privatização tão combatido pelo Partido dos Trabalhadores quando iniciado ainda no Governo FHC.

No Exemplo 61, a Senadora nos faz perceber que é de família humilde, reforçando o que já havia mostrado no parágrafo anterior. Aqui, ela também nos chama a atenção para o fato de que os pobres têm pouco ou nenhum acesso às riquezas do País e estão, muitas vezes, fadados a permanecer na situação de miséria por toda a vida.

Pelo Exemplo 62, podemos subentender que são membros do Partido dos Trabalhadores que, agora, “se lambuzam no banquete farto do poder”, não fazendo mais parte, assim, da esquerda socialista.

4.2.2.4 Seleção lexical

Saliento que as reiteraões e as oposiões, amplamente utilizadas nos discursos da Senadora Heloísa Helena, também possuem, tanto quanto os índices de avaliação, grande valor apreciativo.

4.2.2.4.1 Reiteraões

A Senadora Heloísa Helena foi enfática em suas ponderaões, usando principalmente recursos lingüísticos que reforçavam, que intensificavam suas posiões, tais como reiteraões, anáforas.

As reiteraões denotam um processo de intensificação do que é dito, um reforço da argumentação, e tem grande valor persuasivo. Com a repetição, o orador pode “insistir na idéia expressa por uma palavra” (CRUZEIRO, 1973, p. 15), busca tornar clara e reforçar a afirmação de um fato, de um sentimento ou de uma ação.

Marcuschi (*apud* KOCH, 2004, p. 111) afirma:

Mais do que uma simples característica da língua falada, a repetição é uma das estratégias de formulação textual mais presentes na oralidade. Por sua maleabilidade funcional, a repetição assume um variado conjunto de funções. Contribui para a organização discursiva e a monitoração da coerência textual; favorece a coesão e a geração de seqüências mais compreensíveis; dá continuidade à organização tópica e auxilia nas atividades interativas. Disso tudo resulta uma textualidade menos densa e maior envolvimento interpessoal, o que torna a repetição essencial nos processos de textualização na língua falada.

Nos discursos da Senadora, podemos verificar esse recurso nos planos morfológico, sintático, semântico, estilístico, com a repetição de verbos, de pronomes, de adjetivos, de advérbios, de substantivos, de uma mesma estrutura sintática (paralelismo sintático), de frases inteiras ou de expressões. Constatamos a repetição semântica com o uso de termos sinônimos, de palavras pertencentes ao mesmo campo lexical, de pleonismo. Algumas vezes, as expressões recebem ainda o reforço de um advérbio de intensidade ou de afirmação.

Como exemplo desse recurso, podemos observar algumas passagens, que agrupo nos seguintes eixos: repetições ligadas à identidade da Senadora; ao sentimento da Senadora; ao Estado de Alagoas e ao povo de Alagoas; a denúncias referentes às desigualdades sociais; a denúncias referentes à violência e à corrupção; ao Governo e ao Partido dos Trabalhadores; à reforma da Previdência.

- Repetições ligadas à identidade da Senadora:

- 63 [...] *não represento* essa minoria de alagoanos que sempre se imaginou grande, poderosa [...] *Esses eu não represento*. Tenho profundo alívio em *não representar* também a elite [...] *Esses eu não represento*. [...] tenho a maravilhosa sensação *em representar* a maioria do povo alagoano [...] (Discurso A, linhas 40, 43, 46 e 48)
- 64 [...] *represento* as vítimas da angústia e da tristeza nas Alagoas. *Represento* o desespero dos servidores [...] *Represento* o Vereador Renildo (...) *Represento* as vítimas da

- covardia do crime organizado [...] *Represento* também as centenas de mulheres anônimas [...] *Represento* crianças que nasceram como eu [...] (Discurso A, linhas 51, 52, 55, 71, 75, 84 e 92)
- 65 Mas também sei que só tem cicatrizes na alma *quem* não se acovardou, *quem* não se ajoelhou *covardemente*, *quem* esteve no campo de batalha, *quem* teve coragem de defender as suas posições. (Discurso B, linhas 25-28)
- 66 [...] porque *sou uma mulher livre*. [...] *Eu sou uma mulher livre!* [...] porque *sou uma mulher livre* e sei que *liberdade ofende!* *A liberdade ofende* os prisioneiros dos cárceres [...], *os que têm de* se justificar, *os que têm de* abrir mão das suas convicções! (Discurso C, linhas 14 e 15 e linhas 36-38)
- 67 *Vou votar* como o PT votou seis vezes [...]. *Vou votar contra a reforma da previdência* [...]. *Vou votar contra essa reforma da previdência* [...] (Discurso C, linhas 40-43)
- 68 *Não vou compartilhar com o medo e com a fraqueza* do Governo Federal [...]. *Não vou compartilhar com a fraqueza* dos governos estaduais [...] (Discurso C, linhas 58-60)
- 69 Quando *combati* o bom *combate* [...] (Discurso C, linha 48)
- 70 [...] uma mulher do Partido dos Trabalhadores, sim, uma mulher do PT, sim [...] (Discurso C, linhas 72 e 73)
- 71 [...] *estamos entregando ao povo brasileiro um abrigo para a esquerda socialista, democrática* [...] *estamos entregando ao povo brasileiro o P-SOL* [...] *de entregar ao povo brasileiro o P-SOL* [...], *um abrigo para a esquerda socialista e democrática* (Discurso D, linhas 7, 8, 44, 45, 55 e 56)

Ao dizer “represento” e “não represento” (Exemplo 63), a Senadora diz a que veio e, com isso, constrói sua identidade como parlamentar e como representante do povo alagoano, principalmente dos mais oprimidos.

Com a repetição do verbo “representar” no início de parágrafos sucessivos – figura retórica de construção, anáfora –, a Senadora faz da sua voz a voz do povo de Alagoas (Exemplo 64) e, para tanto, cita exemplos que dão sustentação à sua argumentação. Segundo Abreu (2005, p 128), “a função da anáfora é manter o fluxo de atenção do interlocutor sobre um conceito, durante a exposição”.

A respeito dos outros exemplos, trato na Seção 4.2.3, “Análise da prática de que o discurso é um momento”, em que falo sobre aspectos relativos à identidade da Senadora.

- Repetições ligadas ao sentimento da Senadora:

- 72 [...] *tenho a obrigação de fazer uma homenagem, uma declaração de amor à minha querida Alagoas* [...] Portanto, *tenho a obrigação de fazer uma homenagem à minha querida Alagoas* (Discurso A, linhas 24 e 28)
- 73 *Sinto-me honrada de ser alagoana* [...] *sinto-me profundamente honrada*, companheiros da imprensa, *de representar o povo alagoano* [...] (Discurso A, linhas 29, 97 e 98)
- 74 [...] *estou chorando*, mas não *choramingando*. *Choro, porque* mulher é assim [...] Dizem que as *lágrimas* provocam [...] E volto a repetir: *choro, porque* dediquei os melhores anos [...] (Discurso B, linhas 21, 24 e 114)
- 75 Dizem que as lágrimas provocam *cicatrizes na alma*. Certamente, todo esse processo me deixou com *muitas cicatrizes na alma*. Mas também sei que só tem *cicatrizes na alma* quem não se acovardou [...] (Discurso B, linhas 24-26)
- 76 [...] *porque dediquei os melhores anos da minha vida ao Partido dos Trabalhadores* [...] *Não me arrependo* de nenhum dos passos que dei. *Não me arrependo dos melhores anos da minha vida* que *dediquei à construção desse Partido*. (Discurso B, linhas 114, 128-130)
- 77 [...] se alguém resolver retirar de mim a legenda, *não vai arrancar de mim a minha alma libertária* [...], *o meu coração*. *Esses, não arrancarão!* [...] *jamaís conseguirão arrancar a minha alma, o meu coração* [...] (Discurso B, linhas 130-132)
- 78 [...] *apesar de toda a tristeza* que me envolve neste momento [...] *apesar da tristeza profunda* que estou sentindo hoje [...] por isso, voto com *muita dor*. (Discurso C, linhas 11, 13 e 81)
- 79 [...] *estou profundamente feliz*, porque sou uma mulher livre. [...] *tenho de me sentir feliz*, porque não estou compartilhando [...] *Tenho toda a motivação de estar feliz*, porque [...] (Discurso C, linhas 14, 33 e 75)
- 80 [...] *apesar de este ser um dos momentos mais difíceis* da minha vida, *não é o mais difícil*. *Difícil nem foi quando eu* [...] (Discurso C, linhas 66 e 67)
- 81 *Não me arrependo* de absolutamente nada. Aliás, *jamaís me arrependerei* deste momento [...] (Discurso C, linhas 83 e 84)
- 82 [...] *estamos muito felizes*, porque não vendemos nossas convicções [...] a *minha alegria* de entregar ao povo [...] (Discurso D, linhas 19 e 55)

No Discurso A, a Senadora expressa a honra de ser alagoana e de representar o povo de seu Estado. Nos Discursos B e C, o sentimento de tristeza é realçado, e podemos ver como aquele momento de votação foi difícil para a Senadora. Quando diz “*tenho de me sentir feliz*” e “*tenho toda a motivação de estar feliz*” (Exemplo 79), a Senadora busca justificar esse sentimento de “felicidade”, que, como percebemos, não é o verdadeiro. No Discurso D, a Senadora mostra a sua alegria pelo lançamento do novo Partido, o P-SOL.

- Repetições ligadas ao povo e ao Estado de Alagoas:

- 83 [...] fazer uma homenagem [...] à *minha querida Alagoas*, a essa terra [...] Portanto, tenho a obrigação de fazer uma homenagem à *minha Alagoas*. (Discurso A, linha 24 e 28)
- 84 Sei o quanto o *povo de Alagoas* sofreu para que eu estivesse aqui, *um povo* que enfrentou [...] (Discurso A, linhas 25 e 26)
- 85 [...] sensação em representar a *maioria do povo alagoano*, o *povo humilde* [...] (Discurso A, linhas 48 e 49)
- 86 *Alagoas* já cumpriu o ridículo “dever de casa” [...] *Alagoas* já demitiu em massa [...] (Discurso A, linhas 56 e 57)
- 87 O *povo de Alagoas* teve roubado, pela elite fracassada, o direito [...]. Mas, certamente, *nenhum outro povo* sofreu tanto [...] como o nosso *forte, digno e generoso povo das Alagoas*. (Discurso A, linhas 102-105)
- 88 *Alagoas espera* muito do Senado. *Alagoas espera* que o Senado cumpra com sua obrigação constitucional. *Alagoas espera* que o Senado abra suas portas [...] *Alagoas espera* de todos nós [...] (Discurso A, linhas 106-108)

Podemos ver que a referência a Alagoas, terra da Senadora, é feita somente no Discurso A, em que ela se manifesta como representante do povo daquele Estado, do povo mais humilde. Ao dizer “Alagoas espera” (Exemplo 88) e “Alagoas já demitiu em massa” (Exemplo 86), a Senadora atribui ao substantivo “Alagoas” qualidades humanas, mas, nesses dois casos, o sentido a ele dado é diferente: no primeiro, o que é reforçado são os anseios do povo do Estado; no segundo, é enfatizada a atitude do Governo do Estado.

- Repetições ligadas à situação de desigualdade social:

- 89 [...] conjunto de políticas mercantilistas *que liquida* o direito [...], *que pode* até levar as forças especulativas ao êxtase, *mas que*, sem dúvida, *liquida* e leva à miséria a grande maioria do povo brasileiro. (Discurso A, linhas 17-21)
- 90 As *crianças alagoanas* não são frias estatísticas oficiais. [...] *Não conseguem nem ser* como nossos filhos, *não conseguem ser crianças*, pois estão no trabalho escravo [...]. As *crianças nos sinais* pedem [...] (Discurso A, linhas 86-88 e 90)
- 91 O *filho da pobreza* começa a trabalhar mais cedo [...]. *Filho de Senador*, com certeza, não começa a trabalhar com 15 anos de idade. *Filho de Senador* tem a oportunidade de entrar na universidade [...] (Discurso B, linhas 79-82)
- 92 *Malditas sejam todas* as cercas! *Malditas todas* as propriedades privadas que nos privam de viver e de amar! (Discurso C, linhas 9 e 10)
- 93 [...] a dor dos *excluídos*, dos *marginalizados*, dos *filhos da pobreza*. (Discurso C, linhas 19 e 20)

Ao fazer uso dessas repetições, a Senadora imprime um estilo próprio à sua argumentação, conferindo um caráter intenso às expressões utilizadas,

acentuando-as, impondo-as. Ressalta o combate às desigualdades sociais existentes no Brasil, dizendo, nos Discursos B e C, que não será por meio da reforma da Previdência em votação que essas desigualdades diminuirão (Exemplo 91).

- Repetições ligadas à violência e à corrupção:

- 94 [...] represento as *vítimas* da angústia e da tristeza nas Alagoas. [...] servidores públicos alagoanos, *vítimas* da demissão em massa [...] *vítimas* do preconceito, foram humilhadas, torturadas [...] *vítimas* da covardia do crime organizado [...] (Discurso A, linhas 52, 55, 73 e 75)
- 95 Tenho de lembrar os nossos mortos e as nossas *tragédias* [...] uma das *tragédias* dos servidores em Alagoas. [...] São muitas outras as *tragédias* familiares [...] (Discurso A, linhas 52, 53, 64 e 68)
- 96 [...] só se houver *muito* Ministério *em jogo*, *muito* cargo *em jogo*, *muito* balcão de negócio sujo *em jogo* [...] (Discurso B, linha 74)
- 97 [...] *enfrentando* o crime organizado, *enfrentando* a oligarquia degenerada [...] (Discurso C, linhas 31 e 32)
- 98 [...] opção de *se lambuzar no banquete farto do poder ou de ser prisioneira dos cárceres dos palácios*. [...] não se predispõe a ser *prisioneira dos cárceres do poder*, nem a *se lambuzar no banquete farto dos palácios* [...] (Discurso D, linhas 8, 9, 57 e 58)

No Discurso A, a Senadora nos remete à prática política em seu Estado (Exemplo 95), marcada por atos de violência, visto que ali os grupos dominantes, muitas vezes, impõem-se por meio da força, da truculência. Muitos que se opuseram aos que detinham o poder político e econômico naquele Estado tiveram suas vidas tragicamente interrompidas. Várias dessas vítimas foram lembradas pela Senadora em seu discurso.

A Senadora também é enfática ao dizer da corrupção. Nos Discursos B e C, a Senadora, que ainda fazia parte do Partido dos Trabalhadores, mostra-se indignada pelo fato de o PT – um Partido que combatia o crime organizado e enfrentava as forças de direita, as forças dominantes e conservadoras – defender, agora como Governo, uma reforma que, segundo ela, nada faz para diminuir as desigualdades sociais, mas que, ao contrário, aumenta ainda mais o fosso existente entre ricos e pobres. Com isso, ela insinua que o Partido está abrindo mão de suas

convicções e se vendendo para se manter no poder, como podemos ver pelo Exemplo 96, em que ela faz uso, inclusive, do pronome indefinido adjetivo “muito”, que reforça ainda mais a idéia que ela quer passar. É o que ela reafirma no Discurso D, ao lançar seu novo Partido como uma opção para aqueles que “não querem se lambuzar no banquete farto do poder” (Exemplo 98).

- Repetições ligadas ao Governo e ao Partido dos Trabalhadores:

- 99 [...] só tem cicatrizes na alma *quem não se acovardou, quem não se ajoelhou covardemente* [...] (Discurso B, linhas 26 e 27)
- 100 [...] debaixo de protesto, de *combate e do voto “não” do Partido dos Trabalhadores* [...] o voto “*não*”, com a *combatividade do Partido dos Trabalhadores* (Discurso B, linhas 43, 47 e 48)
- 101 *Vou votar como o PT* votou seis vezes [...] *Vou votar contra* a reforma da previdência dos trabalhadores do setor público, porque *o PT votou* contra. *O PT* a combateu [...] (Discurso C, linhas 40-42)
- 102 *Ao se transformar* na ferramenta triunfalista do neoliberalismo; *ao trair* a esquerda socialista [...]; *ao mudar de lado* [...] (Discurso D, linhas 30-34)

A Senadora Heloísa Helena, nos Discursos B e C, afirma que o Partido dos Trabalhadores, agora no poder, não se mostra coerente com suas ações anteriores, de quando fazia parte da Oposição (Exemplo 99). No Discurso D, ela, já fora do Partido, ataca veementemente a posição assumida pelo PT, como verificamos no Exemplo 102.

- Repetições ligadas à reforma da Previdência:

- 103 [...] os *direitos dos trabalhadores* do setor público, como os *direitos dos trabalhadores* do setor privado [...]. Os *direitos dos trabalhadores* do setor públicos, como os dos trabalhadores do setor privado, são reflexo de *tantas e tantas* lutas, de *tantos e tantos* combates [...] (Discurso B, linhas 36-40)
- 104 [...] *que signifique clara* transferência de renda do setor público para o setor privado, *que signifique clara* redução dos gastos sociais [...], *para continuar* vivenciando o superávit [...], *para continuar* aumentando em mais de 60% [...] (Discurso B, linhas 56-59)
- 105 *É isso que* está em jogo. *É a partilha da riqueza do País. É isso que* estamos discutindo. (Discurso B, linhas 109 e 110)
- 106 *Está lá*, no acordo com os gigolôs do Fundo Monetário Internacional. *Estão lá os quatro pontos:* reforma da Previdência [...]. *Estão lá os quatro pontos.* (Discurso B, linhas 100-103)
- 107 *O problema não é sobrar dinheiro para* investir nas áreas sociais e na infra-estrutura. *O problema é sobrar dinheiro para* continuar [...] (Discurso B, linhas 106 e 107)

- 108 *Vou votar contra a reforma da Previdência, porque ela não faz nada pelos filhos da pobreza [...]. Ela não faz nada pelos excluídos, pelos filhos da pobreza, pelos marginalizados! Ela não faz nada, Sr. Presidente! Por isso, sinto-me na obrigação de votar contra essa reforma da Previdência.* (Discurso C, linhas 43-47)

As repetições referentes à reforma da Previdência ocorrem apenas nos Discursos B e C, pois estes dois discursos foram proferidos na semana em que foi votada aquela reforma pelo Plenário do Senado Federal. A proposta, que partia do Executivo, tendo à frente o Presidente Lula, continha pontos polêmicos, entre os quais a taxaço dos inativos e o aumento do tempo de serviço dos servidores públicos para obtenção de aposentadoria. A Senadora Heloísa Helena manifestou-se dizendo que votaria contrariamente a esses pontos da reforma, pois eles não resolveriam a questão do déficit da Previdência e porque, dessa forma, estaria sendo coerente com posições anteriormente assumidas (Exemplos 101, 104, 107 e 108).

4.2.2.4.2 Oposições

Este é outro recurso que considero relevante na argumentação da Senadora, que, em seus discursos, estabelece algumas oposições binárias – pobres/ricos, paz/violência, ética/corrupção, liberdade/prisão –, o que faz parte de um processo de classificação, que é essencial na vida social e que, de acordo com Silva (2000, p. 82), “pode ser entendido como um ato de significação pelo qual dividimos e ordenamos o mundo social em grupos, em classes”.

Este recurso imprime grande força aos enunciados, pois, por meio dele, mais uma vez, a Senadora demarca a desigualdade gritante entre ricos e pobres (Exemplos 111, 112, 114, 115 e 117); as relações de dominação, muitas vezes

mantidas por meio da força, da violência, da corrupção (Exemplos 109, 110 e 113); e as suas convicções ideológicas (Exemplos 116, 118 e 119), estabelecendo a diferença entre o que considera ter um valor positivo e o que considera possuir uma carga negativa, como podemos observar pelos seguintes exemplos:

- 109 [...] um povo que enfrentou de cabeça erguida a *pistolagem*, a *violência* [...] mulheres e homens de bem e de *paz* da minha terra [...] (Discurso A, linhas 27 e 31)
- 110 Nós, a gigantesca maioria dos alagoanos, somos de *paz* [...] os únicos que precisam da arrogância e da *truculência* são os medíocres homenzinhos de alma pequena, que pensam que se fazem respeitar por meio do *grito*, da *bala*, da *intolerância* e do *abuso de poder*. (Discurso A, linhas 34-38)
- 111 Tenho profundo alívio em *não representar* também a *elite econômica e política* [...] tenho a maravilhosa sensação em *representar* [...] o *povo humilde, trabalhador* [...] (Discurso A, linhas 43, 44, 48 e 49)
- 112 [...] os *sem-terra*, os *sem-teto*, as *nossas crianças de rua*. [...] combate ao paraíso fiscal de *usineiro* [...] (Discurso A, linhas 76-78)
- 113 O Governo Federal [...] protegeu a *corrupção* de forma vergonhosa e *acordos imorais* [...] Alagoas espera de todos nós o que o Brasil também espera: *ética* na política. (Discurso A, linhas 59-61 e 108-109)
- 114 [...] os direitos dos *trabalhadores* do setor público [...] não foram concessão da *elite política e econômica*, nem de nenhum Parlamentar ou Partido. (Discurso B, linhas 36-38)
- 115 O *filho da pobreza* começa a trabalhar mais cedo [...]. *Filho de Senador*, com certeza, não começa a trabalhar com 15 anos de idade. (Discurso B, linhas 79 e 80)
- 116 [...] do que a alma *vendida*". [...] não vai arrancar de mim a minha alma *libertária* [...] (Discurso B, linhas 127 e 131)
- 117 [...] a dor dos *excluídos*, dos *marginalizados*, dos *filhos da pobreza*. (Discurso C, linhas 19 e 20) [...] *oligarquia* degenerada, decadente e cínica. (Discurso C, linha 32)
- 118 A *liberdade* ofende os *prisioneiros dos cárceres do poder* [...] (Discurso C, linha 37)
- 119 [...] esquerda *livre*, que – volto a repetir – não se predispõe a ser *prisioneira dos cárceres do poder* [...] (Discurso D, linhas 57 e 58)

4.2.2.5 Exclamações retóricas e expressões de valor interjetivo

Koch (1999, p. 158) afirma que interjeições ou exclamações colocam em evidência a emoção ou a percepção do orador a respeito de algo e “caracterizam a fala [...] como algo inevitável, não sendo, pois suscetíveis de uma apreciação em termos de verdade ou falsidade. Na medida em que se apresentam desse modo, elas pretendem constituir por si mesmas uma prova”.

A Senadora as utiliza também para imprimir maior força argumentativa aos enunciados, revelando suas convicções ideológicas (Exemplos 122, 123 e 125) e sua repulsa à reforma da Previdência em votação (Exemplos 121 e 124).

É o que podemos verificar nas seguintes passagens:

- 120 *Graças a Deus*, não represento essa minoria de alagoanos [...] (Discurso A, linha 40)
- 121 Quanta demagogia! Quanta mentira! (Discurso B, linha 105)
- 122 Esses, não arrancarão! Podem até me tirar uma legenda partidária [...], a minha visão de mundo, que não têm preço! (Discurso B, linhas 132-134)
- 123 “Malditas sejam todas as cercas! Malditas todas as propriedades privadas que nos privam de viver e de amar!” (Discurso C, linhas 9 e 10)
- 124 Mentira! Não estão combatendo os privilégios coisíssima nenhuma, nem criando teto salarial! (Discurso C, linhas 77 e 78)
- 125 [...] como elas entendem que temos o direito de defender aquilo em que efetivamente acreditamos! (Discurso D, linhas 28 e 29)

4.2.2.6 Questões retóricas

Este recurso estilístico está associado à retórica aplicada. Trata-se de perguntas que são lançadas para se obter determinado efeito, sem que se esperem respostas. Shaw (1978, p. 259) diz que “o propósito de semelhante interrogação, cuja resposta é evidente, é, em regra, o de produzir uma impressão mais funda no ouvinte (ou no leitor) do que aquela que se poderia obter mediante uma afirmação direta”.

A Senadora formula perguntas para que o ouvinte ou o leitor do seu discurso reflita sobre o que está sendo argumentado. As perguntas também mostram uma indignação por parte da Senadora em relação ao que é proposto na reforma da Previdência. Podemos verificar esse recurso no seguinte fragmento do Discurso B:

- 126 Será que alguém continuará dizendo que isso é justo? Será que alguém consegue dormir tranquilo pensando dessa forma? Como alguém pode ser contra a aposentadoria especial? Como alguém pode impor a um policial trabalhar mais de 60 anos? Como retirar o direito à aposentadoria de uma trabalhadora com 25 anos de serviço? (linhas 86-90)

4.2.2.7 Ironia

Fairclough (2001, p. 158 e 159) nos fala da natureza intertextual da ironia. Ao fazer um comentário irônico, o locutor diz uma coisa para significar outra e também ecoa o enunciado de outra pessoa, expressando algum tipo de atitude negativa – raiva, sarcasmo, jocosidade – em relação a esse enunciado. Portanto, “a ironia depende de os intérpretes serem capazes de reconhecer que o significado de um texto ecoado não é o significado do produtor do texto”.

Segundo Maingueneau (1997, p. 98), esse distanciamento entre o texto ecoado e a verdadeira intenção do locutor pode ser reconhecido por meio de marcas lingüísticas, gestuais, situacionais. Num texto escrito, a ironia pode estar expressa, por exemplo, por aspas, por pontos de exclamação, por reticências, mas, sem esses índices, o intérprete deve recorrer ao contexto para examinar pontos contraditórios ou à sua memória discursiva para recuperar as crenças ou os valores do produtor do texto.

Nesse sentido, podemos identificar a ironia nas seguintes passagens:

- 127 [...] medíocres *homenzinhos* de alma pequena [...] (Discurso A, linha 36)
- 128 [...] porque Alagoas já cumpriu o ridículo “*dever de casa*”, a famosa cantilena do *modelito* neoliberal. (Discurso A, linhas 56 e 57)
- 129 [...] que ousa definir no seu *livrinho* falso moralista [...] (Discurso A, linha 72)
- 130 Choro, porque mulher é assim e, graças a Deus, não precisa se envergonhar de suas lágrimas [...] (Discurso B, linhas 21 e 22)
- 131 [...] também para muitos de nós, Senador Romeu Tuma, melhor seria termos nascido demagogos, neoliberais, termos nascido carreiristas obcecados, covardes. Talvez, fosse muito mais cômodo. (Discurso B, linhas 30-32)

- 132 Não estou defendendo algo que aprendi numa *cartilhazinha* pessoal [...] (Discurso B, linha 117)

No Exemplo 128, a Senadora gera um efeito negativo com o uso da expressão “dever de casa”, que vem acompanhada do adjetivo “ridículo”, dando-nos a entender que o Estado de Alagoas havia cumprido, sem questionamentos, o que o Governo de então havia determinado, a demissão em massa de funcionários públicos, com o que a Senadora não concorda.

Percebo a ironia nos discursos da Senadora também quando ela faz uso de diminutivos, passando-nos uma idéia depreciativa (Exemplos 127, 128, 129 e 132).

Notamos o distanciamento – de que nos falam Fairclough e Maingueneau – entre o que a Senadora diz e o que realmente intenciona dizer nos Exemplos 130 e 131: no primeiro, a Senadora ironiza a sentença “homem não chora”, tão usada por aqueles que atribuem ao sexo masculino a característica de forte, bravo e valente e que distinguem o sexo feminino como o sexo frágil; no segundo, fica claro, pelo discurso da Senadora, que o que é dito não condiz com o que ela acredita, com os valores que ela defende.

4.2.3 Análise da prática de que o discurso é um momento

Os discursos da Senadora Heloísa Helena inserem-se na prática política parlamentar, na qual, como já foi dito anteriormente, o discurso exerce papel fundamental, pois é principalmente por meio da linguagem que os sujeitos políticos posicionam-se perante a sociedade. Isso não se verifica, por exemplo, em práticas em que se destaca o esforço físico, como na agricultura, na construção civil etc.

Podemos notar que o momento desses discursos internaliza crenças, valores, relações de poder, aspectos ideológicos das relações sociais e aspectos relativos à construção das identidades dos sujeitos neles envolvidos, dos quais trato a seguir.

Nos textos analisados, a manifestação da ideologia – no sentido negativo, tratado por Thompson (1995) – está associada a denúncias feitas pela Senadora Heloísa Helena. Podemos perceber, por trás das palavras da Senadora, como relações de poder e de dominação são mantidas nos meios social e político que por ela são reproduzidos.

Ressalto a presença da legitimação, por meio da estratégia de racionalização (em que é construída uma cadeia de raciocínio para defender ou justificar relações ou instituições sociais), nos seguintes trechos, sendo que, em alguns deles, verificamos também a incidência de outros modos de operação da ideologia, com suas respectivas estratégias de construção simbólica:

- 133 O Governo Federal, quando propôs a Alagoas o ajuste fiscal e o contrato de renegociação das dívidas, protegeu a corrupção de forma vergonhosa e acordos imorais absolutamente inconstitucionais, dispondo-se simplesmente a dismantelar aquele Estado. (Discurso A, linhas 59-62)
- 134 [...] pela vergonhosa e deplorável impunidade e pela maldita imunidade parlamentar – esconderijo perfeito de bandido engravatado. (Discurso A, linhas 81-83)
- 135 Devemos acabar com essa conversa fiada, com essa cantilena enfadonha e mentirosa [...] de que se trata de rombo na Seguridade Social. Ora, Sr. Presidente [...] muitos desta Casa reivindicavam auditoria para mostrar quais ratazanas de terno e gravata roubaram a Previdência, para mostrar os verdadeiros saqueadores da Previdência; pediam auditoria para mostrar o faz-de-conta do déficit da Seguridade Social [...] (Discurso B, linhas 62-67)
- 136 O pior mesmo é saber onde está a inspiração. Está lá, no acordo com os gigolôs do Fundo Monetário Internacional. Estão lá os quatro pontos: reforma da Previdência, privatização dos bancos federalizados, lei de falência, autonomia do Banco Central. E, certamente, alguém virá e dirá: “Mas tem de haver dinheiro para investir em segurança, em educação, em infra-estrutura”. Quanta demagogia! Quanta mentira! (Discurso B, linhas 100-105)
- 137 [...] nem a propaganda triunfalista me inibe, nem a ofensiva ideológica dos que legitimam no imaginário popular o Fundo Monetário Internacional, as instituições de financiamento multilaterais. Não vou compartilhar com o medo e com a fraqueza do Governo Federal em enfrentar o Fundo Monetário Internacional. Não vou compartilhar com a fraqueza dos

governos estaduais, que, mais uma vez, [...] lançam a conta e a fatura aos trabalhadores do setor público. (Discurso C, linhas 56-62)

No Exemplo 133, a Senadora revela como relações de dominação foram legitimadas, por meio do apelo à legalidade de regras dadas. O Governo, ao promover o ajuste fiscal e a renegociação de dívidas, concedeu privilégios a certos grupos, com o raciocínio de que tal medida era justa e digna de apoio (racionalização).

No Exemplo 134, podemos ver que os políticos, ao defenderem e manterem a imunidade parlamentar, legislam em causa própria, com o raciocínio de que essa regra é legítima, justa e digna de apoio. Dessa forma, nunca são punidos como deveriam ser e se mantêm no poder, inclusive com a possibilidade de se reelegerem. No nosso País, a impunidade se tornou algo natural. Com isso, nesse trecho do discurso, percebemos como a ideologia pode operar também por meio da reificação, da estratégia da naturalização, em que uma criação social e histórica é tratada como acontecimento natural ou como resultado inevitável de características naturais.

No Exemplo 135, a Senadora mostra que o Governo quer legitimar a taxação dos inativos na reforma da Previdência por atribuir ao pagamento da aposentadoria do servidor público o “rombo na Seguridade Social” (racionalização, por meio do apelo à legalidade da regra), o que a Senadora rechaça, dizendo que não são os servidores públicos os “verdadeiros saqueadores da Previdência”, mas, sim, as “ratazanas de terno e gravata”, metáfora utilizada pela Senadora para denunciar a dissimulação, modo de operação da ideologia que faz com que relações de dominação sejam mantidas pelo fato de serem ocultadas ou negadas. A metáfora é uma forma de tropo, estratégia de construção simbólica que compreende o uso

figurativo da linguagem, gerando uma tensão dentro da sentença por meio da combinação de termos extraídos de campos semânticos diferentes.

A Senadora, nos Exemplos 136 e 137, mostra que a reforma da Previdência faz parte de um acordo com o FMI legitimado pelo Governo, que, por sua vez, alega ser ele necessário para cumprir com o pagamento da dívida externa brasileira. Ela dá voz aos que defendem a reforma com o argumento de que a taxação dos inativos é necessária para que sobre dinheiro para investimentos em áreas sociais, o que ela rebate, dizendo que isso é demagogia, mentira, pois o dinheiro que sobra é dirigido para o capital financeiro internacional, para o FMI. Dessa forma, a dominação por parte do FMI, impondo o sacrifício do povo brasileiro e de sua economia, é também frisada pela Senadora por meio de tropo, na forma da metáfora “gigolôs”.

Outro modo de operação da ideologia que verificamos por trás das denúncias da Senadora é a fragmentação, por meio da diferenciação e do expurgo do outro, como podemos verificar nos seguintes trechos:

- 138 [...] esse conjunto de políticas mercantilistas que liquida o direito dos povos à educação, à saúde, à cultura, à ciência e à tecnologia, criando um modelo desastroso [...] que, sem dúvida, liquida e leva à miséria a grande maioria do povo brasileiro. (Discurso A, linhas 17-21)
- 139 [...] um povo que enfrentou de cabeça erguida a pistolagem, a violência, a vergonhosa sedução do dinheiro fácil e me trouxe até aqui. (Discurso A, linhas 26-28)
- 140 [...] homenzinhos de alma pequena, que pensam que se fazem respeitar por meio do grito, da bala, da intolerância e do abuso de poder. (Discurso A, linhas 36-38)
- 141 Represento as vítimas da covardia do crime organizado, as lideranças sindicais, políticas, indígenas, religiosas, os sem-terra, os sem-teto, as nossas crianças de rua. (Discurso A, linhas 75-77)
- 142 O povo de Alagoas teve roubado, pela elite fracassada, o direito de ter acesso ao conhecimento. (Discurso A, linhas 102 e 103)
- 143 [...] diante da diferença clara que essa proposta de reforma trará. O filho da pobreza começa a trabalhar mais cedo, começa a trabalhar com 15 anos de idade. Filho de Senador, com certeza, não começa a trabalhar com 15 anos de idade. Filho de Senador tem a oportunidade entrar na universidade, de se formar, e só entra no mercado de trabalho com 25 anos de idade. (Discurso B, linhas 79-83)
- 144 E muito mais: se alguém resolver retirar de mim a legenda, não vai arrancar de mim a minha alma libertária, o meu compromisso com o socialismo, o meu coração. [...] Podem

até me tirar uma legenda partidária, mas jamais conseguirão arrancar a minha alma, o meu coração, as minhas convicções ideológicas, a minha visão de mundo, que não têm preço! (Discurso B, linhas 130-134)

145 Difícil nem foi quando eu tinha de passar as noites de Natal num quartinho de empregada, Senador Mão Santa, quando minha mãe, analfabeta, pobre e trabalhadora, tinha de trabalhar nas casas ricas de Maceió, quando não podíamos passar da porta da cozinha. (Discurso C, linhas 67-70)

146 Eu, que nunca sonhei – porque filho de pobre geralmente nem sonha – tocar os tapetes azuis do Senado, estou aqui [...] (Discurso C, linhas 71 e 72)

A Senadora, nos Exemplos 138, 141, 142, 143, 145 e 146, dá destaque às distinções e às divisões existentes entre pessoas e grupos, entre ricos e pobres, que são mantidas para sustentar relações de dominação.

Nos Exemplos 138, 142, 143, 145 e 146, a Senadora mostra a dominação que as forças especulativas exercem sobre os menos favorecidos. Um povo sem educação, sem saúde, sem cultura, não tem capacidade de reivindicar seus direitos, de se constituir um desafio efetivo às relações de dominação existentes, e fica impedido de participar efetivamente do exercício do poder. Nesse caso, a estratégia de construção simbólica é a diferenciação, em que as diferenças existentes são enfatizadas, com o propósito de apoiar as características que desunem pessoas e grupos de uma sociedade. Também a reificação aqui está presente, expressa em forma simbólica por meio da estratégia de naturalização, pois essa divisão social é tratada como algo natural ou como resultado inevitável do sistema capitalista, em que uns sempre têm mais oportunidade que outros.

Nos Exemplos 139 e 140, a Senadora faz clara alusão à forma como se faz política em seu Estado: grupos dominantes buscam a eliminação de seus adversários por meio da força, da violência. Nesse caso, a ideologia opera por meio do expurgo do outro, estratégia de construção simbólica em que se elege um inimigo, retratado como ameaçador, como perigoso, contra o qual é imposta uma resistência. No Exemplo 141, o expurgo do outro também está evidenciado, visto que as minorias citadas – indígenas, sem-terra, sem-teto – são por muitos

representadas como ameaçadoras, temíveis, portanto dignas de serem enfrentadas e eliminadas.

No Exemplo 144, percebemos a intenção de se expulsar a Senadora do Partido dos Trabalhadores. É a ideologia operando também por meio do expurgo do outro. No caso, a Senadora, ao votar contra a reforma, desafia as determinações do Partido, que a tem como uma ameaça. Em consequência disso, como se sabe, o Partido se une para retirá-la da legenda. Como se pode notar, a essa estratégia, também se sobrepõe a unificação, com a estratégia de padronização, pois o comportamento esperado pelo Partido dos Trabalhadores era o de submissão a suas decisões. Na padronização, é proposto um fundamento como modelo a ser partilhado e aceito.

Observamos a reificação, por meio da naturalização e da eternalização, também nos trechos que se seguem:

- 147 Tenho de lembrar os nossos mortos e as nossas tragédias para que eles não sejam esquecidos e para que as suas trajetórias de vida sejam devidamente respeitadas pela Nação brasileira. (Discurso A, linhas 52-54)
- 148 As crianças alagoanas não são frias estatísticas oficiais. São histórias de vida que estão sendo destruídas. Não conseguem nem ser como nossos filhos, não conseguem ser crianças, pois estão no trabalho escravo nos canaviais, no sertão [...], implorando migalhas para sobreviver. As crianças nos sinais pedem para ser vistas; com uma arma, pedem para ser respeitadas. Represento crianças que nasceram como eu: pobres e carimbadas no nascimento para a miséria e a exclusão. (Discurso A, linhas 86-93)

No Exemplo 147, a Senadora se posiciona de forma contrária à naturalização de um estado de coisas que se vem repetindo, à naturalização de uma situação histórica, para que ela não seja reconhecida como permanente, atemporal.

No Exemplo 148, a Senadora fala de uma situação histórica – o trabalho escravo infantil – que é apresentada como algo recorrente. A ideologia, aqui retratada pela Senadora, opera por meio da naturalização, pois já nos acostumamos com as crianças mendigando nos sinais de trânsito. Também está presente a

estratégia de eternalização, em que fenômenos sócio-históricos – no caso, o trabalho escravo – são aparentemente desprovidos de seu caráter histórico e apresentados como permanentes, imutáveis e recorrentes, consolidando-se na vida social; por meio da repetição, eterniza-se a situação. Também a diferenciação pode ser constatada, já que, se não freqüentam a escola, as crianças de rua ficam totalmente alijadas da sociedade, sem perspectiva, sem futuro, mantendo-se, conseqüentemente, o *status quo*. A forma como as diferenças são acentuadas e como determinadas relações de dominação se eternizam transparece na afirmação “pobres e carimbadas no nascimento para a miséria e para a exclusão”.

Por fim, podemos constatar a presença da ideologia por meio da unificação, das estratégias de padronização e de simbolização da unidade, nos trechos a seguir:

- 149 Represento o Vereador Renildo, homossexual, assassinado pela hipocrisia de um poder político que ousa definir no seu livrinho falso moralista uma única forma de amar. (Discurso A, linhas 71-73)
- 150 Se a cúpula palaciana ou a base de bajulação quer ostentar melhor a *estrelinha do PT no peito*, não vai poder ostentá-la mais do que eu, que tenho o direito a fazê-lo também, porque dei os melhores anos da minha vida para construir o Partido dos Trabalhadores, enfrentando o crime organizado, enfrentando a oligarquia degenerada, decadente e cínica. (Discurso C, linhas 28-32)

No Exemplo 149, podemos considerar a presença da padronização, em que relações de dominação são sustentadas com a construção de uma unidade que liga os indivíduos independentemente das diferenças que possam existir entre eles. No caso, o heterossexual é reconhecido como o referencial padrão, como a tendência sexual partilhada e aceita pela sociedade. Está clara também a fragmentação como forma de operar a ideologia, por meio do expurgo do outro.

No Exemplo 150, podemos perceber aqui a estratégia de simbolização da unidade, em que são construídos símbolos de unidade, de identidade e de identificação coletivas. No caso, a Senadora faz referência à estrela do PT, que é um

dos elementos da tradição do Partido, que é continuamente reafirmada. Os membros do Partido dos Trabalhadores mantêm-se agrupados, em parte, por um processo contínuo de unificação simbólica e buscam suprimir as diferenças e as divisões que, porventura, surjam dentro da sua organização política. No caso em questão, a Senadora era voz divergente dentro do Partido, mas, mesmo assim, reivindicava seu direito de usar aquele símbolo de unidade.

Quanto aos aspectos referentes à identidade, destaco que, no Discurso A, a Senadora Heloísa Helena se firma como Parlamentar representante das minorias, dos excluídos, dos pobres e dos marginalizados, por meio das repetições do verbo “representar”, como já demonstrei no item referente às reiteraões (Exemplos 63 e 64). Com esse recurso e com as oposições lexicais, a Senadora também estabelece uma diferença entre ela e aqueles que defendem seus próprios interesses por meio da violência, da intolerância, do abuso de poder, da corrupção (Exemplos 110 e 111).

A Senadora se posiciona como pessoa combativa e corajosa (Exemplos 65, 68 e 69) e se inclui entre as mulheres e os homens de paz, entre os que querem ética na política, que, segundo ela, são a maioria do povo alagoano e brasileiro, como observamos nos exemplos que se seguem:

- 151 Nós, a gigantesca maioria de alagoanos, somos de paz [...] (Discurso A, linha 34)
- 152 Graças a Deus, não represento essa minoria de alagoanos que sempre se imaginou grande, poderosa [...] (Discurso A, linhas 40 e 41)
- 153 Alagoas espera de todos nós o que o Brasil também espera: ética na política. (Discurso A, linhas 108 e 109)
- 154 Como cristã, atendo à denominação ética do meu querido D. Pedro Casaldáliga, que dizia que [...] ética na política é vergonha na cara e amor no coração. (Discurso A, linhas 110-112)

Nos Exemplos 151 e 152, a Senadora, inclusive, recorre à demarcação de fronteira entre “nós” (a maioria dos alagoanos, homens e mulheres de paz) e “eles”

(a minoria dos alagoanos poderosa, inatingível, corrupta e covarde), para mostrar os valores que defende.

No Exemplo 154, a Senadora estabelece sua identidade também como pessoa cristã, o que é corroborado pelos argumentos de autoridade por ela trazidos, ao fazer referência aos bispos da Igreja Católica, e também pelas citações de passagens bíblicas (Exemplos 48, 49, 52 e 54), demonstrando também aí suas crenças e valores.

Nos Discursos B e C, apesar de se dizer “uma mulher do Partido dos Trabalhadores”, por ter ajudado a construir o Partido, a Senadora também se posiciona como mulher livre, como alguém que defende suas convicções ideológicas sem se prender ao que determina a legenda partidária de que faz parte. É o que podemos verificar nos seguintes exemplos:

- 155 [...] estou aqui falando o que passei quatro anos falando como Líder do PT, como Líder da Oposição ao Governo Fernando Henrique. (Discurso B, linhas 117 e 118)
- 156 [...] não vai arrancar de mim a minha alma libertária, o meu compromisso com o socialismo, o meu coração. (Discurso B, linhas 131 e 132)
- 157 Eu sou uma mulher livre! (Discurso C, linha 15)
- 158 [...] que acompanharam minha postura nesta Casa como Líder do PT, como Líder da Oposição ao Governo Fernando Henrique [...] (Discurso C, linhas 21 e 22)
- 159 Então, ninguém é mais PT do que eu. (Discurso C, linha 27)
- 160 [...] uma mulher do Partido dos Trabalhadores, sim, uma mulher do PT, sim [...] (Discurso C, linhas 72 e 73)

No Discurso D, a Senadora reafirma sua imagem como parlamentar de esquerda, como socialista e democrata, marcando também a diferença existente entre a sua posição e a daqueles que, segundo ela, são “prisoneiros dos cárceres do poder”:

- 161 [...] não vendemos nossas convicções e não rompemos com a tradição da esquerda socialista e democrática. (Discurso D, linhas 19 e 20)
- 162 [...] minha alegria de entregar ao povo brasileiro o P-SOL, Partido do Socialismo e da Liberdade, um abrigo para a esquerda socialista e democrática, para a esquerda livre, que – volto a repetir – não se predispõe a ser prisioneira dos cárceres do poder [...] (Discurso D, linhas 55-58)

4.3 REFLEXÕES SOBRE A ANÁLISE E POSSÍVEIS MODOS DE RESOLVER O PROBLEMA

Nesta seção, agrupo as duas últimas etapas do arcabouço original. A questão que se apresenta diz respeito à argumentação no discurso político da Senadora Heloísa Helena, à forma como ele é produzido em diferentes cenários da vida pública brasileira, aos modos como a ideologia serve para sustentar relações de poder.

Ao fazer oposição ao Governo, seja de Fernando Henrique, seja de Lula, a Senadora se fundamenta em seus ideais socialistas e democráticos, e, por trás de suas palavras, observamos como se dá a pressão por parte dos que detêm o poder, daqueles que se articulam para tornarem hegemônicas suas posições, para manterem as relações de dominação. Todo esse quadro só será transformado com modificações profundas nas estruturas políticas e partidárias, mas nós, cidadãos eleitores, podemos contribuir para a mudança, posicionando-nos de forma consciente na escolha de nossos representantes. Para tanto, precisamos analisar criticamente suas propostas, questionando a realidade, adotando uma postura participativa, deles cobrando atitudes coerentes.

A ADC dá ênfase justamente a essa leitura crítica, à reflexão sobre as injustiças, sobre a discriminação, sobre o preconceito que se podem manifestar por meio da linguagem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, ao focar a argumentação no discurso político da Senadora Heloísa Helena, procurei desvendar os recursos lingüísticos e estilísticos por ela utilizados para persuadir e seduzir seus interlocutores, as formas como a ideologia pode operar por meio da linguagem e questões referentes à construção da identidade dentro do discurso.

Percebemos que, no campo político, a palavra exerce papel fundamental, pois interfere no espaço de discussão e de persuasão, em que os sujeitos políticos tentam atrair seus interlocutores, fazendo-os aderir a seus ideais, a seus programas e a suas decisões, e no espaço da ação política, em que tarefas são delegadas e leis e regras são promulgadas.

Podemos observar que os discursos analisados são marcados por certa formalidade e pelo controle das palavras, que, nos textos, aparecem de forma estratégica, denotando uma intencionalidade por trás do que é dito. Apesar de terem sido feitos de improviso, foram estruturados com exórdio, com desenvolvimento e com peroração, apresentados com recursos retóricos e estilísticos, obedecendo a uma seqüência lógica e coesa.

A Senadora mostrou-se coerente nos quatro discursos que proferiu, defendendo, de maneira enfática, as mesmas idéias, o que parece demonstrar sinceridade e fidelidade a seus princípios. Fez uso, principalmente, de recursos que reforçavam e intensificavam seus pensamentos, imprimindo força aos enunciados e conferindo grande carga avaliativa às suas palavras. Insiste na desordem social da qual o cidadão é vítima (corrupção, violência, preconceito); na origem do mal, que

estaria em seus adversários (Governo Fernando Henrique, FMI, oligarquia alagoana) e nas estruturas corrompidas do poder; e numa solução salvadora (esquerda socialista e democrática, o P-SOL). Com isso, constrói sua identidade e estabelece a diferença entre aquilo em que acredita e o que defende seus opositores, cujas ações são por ela desqualificadas.

Mostra-se, em seu primeiro discurso, atenta às necessidades dos outros e as partilha, assumindo responsabilidades e a eles se unindo, numa atitude solidária. Nos outros discursos, passa-nos uma imagem combativa, identificando-se com um *ethos* de poder, e, ao mesmo tempo, demonstra um *ethos* de inteligência, ao fazer uso, por exemplo, da ironia. Assim, a persuasão em seu discurso está ligada à forma como ela expõe seus pensamentos com paixão e também por meio de raciocínios lógicos e à forma como ela constrói sua identidade.

Por trás de suas denúncias, podemos notar também como a ideologia se manifesta de forma a impor a visão de mundo das classes dominantes, que se mantêm no poder, muitas vezes, por meio da coerção.

Verificamos ainda que a Senadora se apóia em fortes crenças e em valores que supostamente são partilhados por todos, como os religiosos, os da não-violência, os da ética.

Ressalto que, no momento atual, impõe-se a questão de uma nova ética política, em que haja maior transparência e responsabilidade por parte dos atores políticos, em que seja estimulado um debate mais efetivo sobre os padrões de comportamento dos governantes. De tudo isso, depende a ação política cooperativa, a democracia participativa, em que os cidadãos intervêm no planejamento e nas decisões essenciais e exercem um papel de vigilância sobre as atividades dos gestores do bem comum.

Por fim, devo dizer que este trabalho não pretende esgotar todas as nuances do discurso da Senadora Heloísa Helena, mas acredito que, apesar de suas limitações, ele poderá contribuir para a ADC no aprofundamento do funcionamento do discurso como prática social e política.

6 BIBLIOGRAFIA

ABREU, Antônio Suárez. *A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção*. 7. ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.

ARISTÓTELES. *A política*. 2. ed. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse in late modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

CORTEN, André. Discurso e representação do político. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

COURTINE, Jean-Jacques. Os deslizamentos do espetáculo político. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (Org). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.

CRUZ, Tânia Cristina S; LINS, Tatiana B. A. *Normas para elaboração de monografia*. Brasília: UniCEUB, ICPD, 2005.

CRUZEIRO, Maria Eduarda. *Processos de intensificação no português dos séculos XIII a XV*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1973.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DISCURSOS DA SENADORA HELOÍSA HELENA. Disponíveis em: <www.senado.gov.br/sf/senadores>. Acesso em: 14 out. 2005. 12:30.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Izabel Magalhães (Coordenadora). Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

_____. *New labour, new language?*. London and New York: Routledge, 2000.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Argumentação e linguagem*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. *Introdução à lingüística textual: trajetória e grandes temas*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

LEAL, Maria Christina Diniz. O discurso jornalístico sobre privatizações e protestos nas ruas. *D.E.L.T.A: Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*. Vol. 21, Especial, p. 73-92. São Paulo: Educ, 2005.

_____. Identidade, reflexividade e resistência. *Crop*. Vol. 9, p. 249-278. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.

MAGALHÃES, Izabel. Introdução: a Análise de Discurso Crítica. *D.E.L.T.A: Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*. Vol. 21, Especial, p. 1-9. São Paulo: Educ, 2005.

_____. (Org.). *As múltiplas faces da linguagem*. Brasília: Universidade de Brasília, 1996.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed., Campinas, SP: Pontes: Universidade Estadual de Campinas, 1997.

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. Sobre um percurso de análise do discurso jornalístico – A Revolução de 30. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

MARTINS, Nilce Sant'Anna. *Introdução à estilística: a expressividade na língua portuguesa*. 3. ed. rev. e aum. São Paulo: T.A. Queiroz, 2000.

MEYER, Michel. *Lógica, linguagem e argumentação*. Lisboa: Teorema, 1982.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e leitura*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

PEDRO, Emília (Org.). *Análise do Discurso Crítica*. Lisboa: Caminho Editorial, 1997.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado de argumentação: a nova retórica*. 5. Tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 2002 (Tradução de Maria

Ermantina Galvão, da obra *Traité de l'argumentation*. Bruxelles: Éditions de l'Université de Bruxelles, 1992).

SALOMON, Délcio Vieira. *Como fazer uma monografia*. 6. ed. Belo Horizonte: Interlivros, 1979.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 7. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 1982.

SHAW, Harry. *Dicionário de termos literários*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

_____. *O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia*. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma questão teórica e conceitual. In: SILVA, Tomas Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.